REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO X - NÚMERO 48 - BIMESTRAL - 2014
www.ibefrio.org.br

Amyr Klink

Octávio de Barros: leve aceleração favorece os investimentos

Roberto Coronel: novas rotinas e a implantação do e-social

João Guilherme Ometto: estratégias do Brasil sobre o clima

Daniel Branco: cuidados ao fazer a declaração de IR 2014

Clarisse Dinelly: multa do FGTS é inconstitucional

IBEF
Rio de Janeiro

MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

*Usando tecnologia de ponta como: **SAP R/3**, **Navis SPARCS** e também **software proprietário**, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.*

terminais marítimos

*Operamos dois terminais adjacentes no Porto do Rio de Janeiro, o **Terminal de Contêineres MultiRio** e o **Terminal de Veículos MultiCar**, ambos sob concessão da Cia Docas do Rio de Janeiro.*

portos secos

*Localizados estrategicamente nas cidades do **Rio de Janeiro**, **Resende** e **Juiz de Fora**, recebemos cargas importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros.*

terminais aeroportuários

*Geograficamente localizado entre os principais aeroportos brasileiros, o **Aeroporto Presidente Itamar Franco** está equipado para decolagem e pouso dos maiores aviões cargueiros e de passageiros.*

logística integrada

*Através da nossa rede integrada de portos marítimos, portos secos e terminais aeroportuários, **oferecemos soluções customizadas de logística integrada.***

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405, Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600 | Fax + 55 21 2262-9486
contato@multiterminais.com.br

www.multiterminais.com.br

Editorial

2104 é ano de grandes desafios!

O ano de 2014 será de enorme importância para o Brasil. Será um ano atípico pela realização da Copa do Mundo e, principalmente, das eleições. No entanto, pelo momento que o país atravessa, ele sinalizará nosso desenvolvimento para a próxima década. Para os próximos anos, o marasmo da economia não se manterá, porque ou afundamos ou emergimos com força. Não há mais como manter essa indefinição de rumos pelas circunstâncias internas, e estamos obrigados a contornar as circunstâncias externas.

O governo Dilma, se reeleito, terá que forçosamente estabelecer novos pilares de sustentação para nossa economia sob pena de desabar com crescimentos pífios para os próximos anos. A oposição, se eleita, forçosamente terá que mostrar ao que veio com uma reformulação geral da economia, que pode ou não dar certo. Em qualquer situação, as mudanças serão grandes e se iniciarão em 2014.

O resultado final da organização da Copa do Mundo, aos olhos da crítica internacional, nos elevará como um país em desenvolvimento ou nos rebaixará como um país subdesenvolvido da longínqua América do Sul.

Nosso futebol, se conquistar o hexacampeonato, só se erguerá como o melhor do mundo. Se perder mais uma Copa em casa ficará sem graça, igual a tantas outras seleções que não têm obrigação de vencer.

Nós, do IBEF, estamos prontos para administrar as adversidades e aproveitar as oportunidades em prol de nosso Instituto.

Seja bem vindo 2014, que traga mudanças boas!

Fevereiro 2014

Marcos Chouin Varejão

Índice

EDITORIAL.....1
Marcos Varejão

CAPA.....2
Amyr Klink, navegador e empreendedor

INTERNACIONAL.....5
Grupo argentino substitui EBX

NACIONAL.....6
Benefícios do private equity e do venture capital

OPINIÃO.....8
Sérgio Moreira Lima: diplomacia com conhecimento de causa

OPINIÃO.....10
João Guilherme Sabino Ometto: estratégias do Brasil para as negociações sobre o clima

INTERNACIONAL.....12
Tudo pronto para a Copa do Mundo?

OPINIÃO.....13
José Domingos Vargas: UPP é bom negócio

SEGUROS.....14
José Antonio Menezes Varanda: microsseguros - a busca por um nicho de mercado emergente

OPINIÃO.....16
Octavio de Barros: percepção dos preços de grãos e do petróleo em 2014

NACIONAL.....18
Land Rover anuncia construção de fábrica no Rio

NACIONAL.....20
Segurança pública no Brasil: R$ 61 bilhões.

DAY TRADE.....22
Coluna de informação.

IMPOSTO DE RENDA.....24
Aperta o cerco às empresas.

OPINIÃO.....26
Reginaldo Gonçalves: ajuda à balança comercial

OPINIÃO.....27
Aline Ribeiro: dicas de filmes sobre o mercado financeiro

OPINIÃO.....28
Roberto Coronel: novas rotinas do e-social

NACIONAL.....29
BNDES aumentará participação nos setores de logística e infraestrutura em 2014

NACIONAL.....30
Mercado de luxo conquista classe masculina

OPINIÃO.....32
Daniel Branco: cuidados ao declarar o IR de 2014

OPINIÃO.....33
Francisco Zardo: a nova lei anticorrupção

OPINIÃO.....34
Wendel Ferrari: como administrar uma casa no exterior?

OPINIÃO.....36
Luiz Flávio Gomes: EUA e a guerra ao terrorismo

OPINIÃO.....38
Ladmir Carvalho: finanças pessoais e do negócio

NACIONAL.....39
O que esperar da economia em 2014?

NACIONAL.....40
Comércio brasileiro em números

ESTANTE.....41
Coluna sobre publicações editoriais

OPINIÃO.....42
Sandra Rodrigues Dresch: saúde e segurança na construção civil

OPINIÃO.....44
Antonio Dias: no interior de São Paulo, o futuro já é presente

NACIONAL.....45
Lixo Zero no Rio.

JURISPRUDÊNCIA.....46
Clarisse Dinelly: multa do FGTS é inconstitucional

NACIONAL.....48
Percentual de mulheres executivas.

Amyr Klink, navegador e empreendedor

Famoso internacionalmente pelas viagens que faz ao redor do mundo, o navegador brasileiro Amyr Klink é natural de São Paulo, filho de pai libanês e mãe sueca. Começou a frequentar a região de Paraty (RJ) com a família quando tinha apenas dois anos de idade. Essa cidade histórica do litoral brasileiro é o lugar que o inspirou a viajar pelo mundo. Casou-se em 1996 com Marina Bandeira, com quem tem as filhas gêmeas Tamara e Laura, nascidas em 1997 e a caçula, Marininha, nascida no ano 2000.

Suas aventuras no mar começaram no ano de 1984, quando realizou sua primeira travessia solitária a remo do Atlântico Sul. A jornada de 3.700 milhas e 100 dias pelo Atlântico terminou no dia 18 de setembro de 1984, na Bahia, e é retratada no best seller Cem Dias entre o Céu e o Mar.

Em 1986 realizou a primeira de suas 15 viagens à Antártica. Sua estreia como velejador em uma viagem em solitário foi realizada em 1989 que durou 642 dias, passando sete meses e meio imóvel em uma invernagem antártica. Foram, ao todo, 27 mil milhas – viagem descrita em Paratii, Entre Dois Pólos.

Foi em 1998 que Amyr Klink iniciou o Projeto Antártica 360 Graus, em que fez a circunavegação polar pela rota mais difícil. São 88 dias, 14 mil milhas e mais um livro, Mar sem Fim.

Foram inúmeras as viagens realizadas por Amyr Klink. Em 2013, em parceria com uma agência de viagens, disponibilizou espaço em um dos seus barcos, o "Paratii 2", para grupos de pessoas comuns viajarem para regiões paradisíacas.

“Assim como os pinguins, que reconhecem os gritos de seus filhos em meio a milhares e até milhões de outros, planejar e organizar é fundamental”.

Klink também é sócio-fundador do Museu do Mar, em São Francisco do Sul, Santa Catarina. Criado em 1993, com recursos do programa de investimentos estratégicos do governo do estado de Santa Catarina, com a permanente participação do IPHAN, o Museu Nacional do Mar nasceu com a revitalização dos grandes armazéns da empresa Hoepcke, abandonados há mais de vinte anos. O local, que abriga grande diversidade de embarcações brasileiras foi revitalizado entre 2003 e 2004. Tem como finalidade valorizar a arte e o conhecimento dos homens que vivem no mar.

São embarcações originais de todo o país, várias delas configurando alguns dos mais expressivos barcos tradicionais em todo o mundo. Jangadas, saveiros, canoas, cúteres, botes, traineiras e baleeiras são alguns deles. Organizado por temas, o Museu Nacional do Mar contextualiza história e uso das peças em exposição.

Além disso, Amyr Klink ministra palestras em seminários para empresas com abordagem de temas como planejamento estratégico, gerenciamento de risco, qualidade e trabalho em equipe. Tem em seu currículo mais de duas mil palestras proferidas, no Brasil e exterior, ao longo de mais de 20 anos. São focadas para eventos abertos - congressos, seminários e cursos e para eventos fechados (in company) para empresas privadas.

Em uma das palestras realizadas por ele, o navegador abordou a questão do planejamento. “Assim como os pinguins, diz ele, que reconhecem os gritos de seus filhos em meio a milhares e até milhões de outros, planejar e organizar é fundamental”. E acrescentou: “Depois das viagens, com suas inúmeras tormentas e desafios, o legado mais importante são as anotações feitas nos diário de bordo, que possibilitam para outras viagens, a identificação de falhas e oportunidades de suas correções”.

Revista IBEF - O senhor é graduado em Economia e pós-graduado em Administração de Empresas. De que forma essa formação ajuda na sua atual atividade?

Nós projetamos e construímos soluções e embarcações. Temos uma ligação com o estaleiro que eu montei para fazer os primeiros barcos de alumínio há 15 anos, e é uma atividade que envolve muita engenharia e pesquisa de materiais. Minha formação me ajudou a organizar minha maneira de trabalhar. Hoje nós trabalhamos no estaleiro de uma maneira diferente: não usamos profissionais do mercado, nós formamos os profissionais. A complexidade maior do meu trabalho está na administração de informações, competências, recursos e soluções que envolvem esses projetos. Para isso a minha formação ajuda bastante.

Revista IBEF - Como surgiu sua paixão pelo mar? O que levou o senhor a tornar-se um navegador solitário?

Sou um navegador que faz vela em solitário. Além de ser uma atividade esportiva, a vela em solitário é uma forma muito técnica de viajar. Meu interesse pelo mar não veio através do esporte ou da convivência com ambiente marítimo, veio através dos livros. Eu estudei literatura francesa e me interessei pelo relato dos viajantes franceses que abriram a Antártica aos barcos de pesquisa na década de 70 e 80. Foi a partir

“Eu tive que me tornar empreendedor para viabilizar os projetos que eu faço”.

daí que surgiu meu interesse pelo mar, que hoje na cultura francesa tem uma importância muito grande.

Revista IBEF - Frequentemente o senhor é convidado a dar palestras em grandes empresas. Que questões o senhor aborda para os executivos?

Os primeiros convites ocorreram há mais de 20 anos. Eu falava sobre a experiência, o planejamento da viagem e o comportamento do mar. Eu não costumo fazer comparação entre o deságio de comandar um barco no meio de uma onda de 30 metros de altura com a atividade de uma empresa. Gosto de mostrar situações onde a guerra erra, os cases interessantes que temos de pessoas que apesar da pouca formação fizeram projetos notáveis, de destaque no mundo. Falo sobre a experiência de trabalhar com equipes de muita diversidade de formação, pessoas que não tem muita formação acadêmica e nem são alfabetizadas e que junto a pesquisadores desenvolvem produtos novos. Eu gosto de falar sobre o desafio que está por trás do que a gente faz. Um desafio fascinante: inovar sempre. Estamos sempre inovando materiais, procurando soluções ainda mais simples do que as que existem no mercado. Essa é a atividade que eu gosto, é sobre isso que eu gosto de falar.

Revista IBEF - De navegador o senhor transformou-se em empreendedor. Fale um pouco sobre o empresário Amyr Klink.

Eu não gosto de ser empresário, no entanto, eu entendo que o espírito empreendedor hoje é uma exigência básica para a sobrevivência de qualquer indivíduo, inclusive daquele literalmente assalariado numa empresa. Mudou muito o conceito de empreendedor. Hoje com toda essa evolução em que vivemos na área da informação, da comunicação, mesmo a pessoa que não gerencia diretamente uma empresa é cobrado dela a habilidade empreendedora. Eu tive que me tornar empreendedor para viabilizar os projetos que eu faço. Nós somos obrigados a contratar mão de obra, contratar pesquisadores de fora do Brasil, resolver a parte de logística, desenvolver materiais, projetos, soluções para terceiros, fabricamos plataformas flutuantes. No sentido mais amplo da palavra empreender, eu acho que de fato eu naveguei bastante nessa área, e sem essa experiência dificilmente eu teria feito o que eu gosto de fazer – viagens.

Revista IBEF - Ultimamente a questão do aquecimento global está sendo muito discutida. Em todas as suas viagens à Antártica, que mudanças o senhor já notou?

Realmente a Antártica é um termômetro muito sensível dessas alterações climáticas. As regiões polares em geral e muitos ecossistemas marinhos também, como a barreira de corais na Austrália, o assoreamento de rios e a qualidade da água. Provavelmente no caso do Brasil, essas alterações em médio prazo vão ocasionar diferenças favoráveis. Mas nesse assunto não podemos pensar individualmente, temos que pensar em escala global. Eu acho que o Brasil dá muito ordem e faz muito pouco. Nós tínhamos que explorar hoje indústrias sustentáveis ligadas à produção de fontes alternativas de energia. Devíamos também explorar mais as reservas que temos de renováveis de madeira, inibindo completamente a extensão de pastagens em áreas florestais.

Grupo argentino substitui EBX, de Eike Batista, na SIX Semicondutores

A Six Semicondutores, cuja fábrica encontra-se em fase final de construção no município de Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), passará a contar com o grupo argentino Corporación América, que adquiriu os 33,25 das ações da empresa que pertenciam ao Grupo EBX, do empresário Eike Batista. O anúncio foi feito no mês passado, no Palácio Tiradentes, pelo governador Antonio Anastasia, e o presidente do Grupo, Eduardo Eunerkian. Mais moderna fábrica de semicondutores do hemisfério sul, o empreendimento demandará investimentos da ordem de R$ 1 bilhão e foi lançado em novembro de 2012, pelo Governador de Minas. Participaram também da reunião o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e o embaixador argentino no Brasil, Luis Maria Krekler, além do presidente do BDMG, Matheus Cotta, da secretária do Desenvolvimento Econômico, Dorothéa Werneck, e outros representantes do grupo argentino.

"Após as tratativas realizadas nas últimas semanas, a Corporación América vai assumir a participação do Grupo EBX na SIX, um projeto estratégico fundamental, não só para Minas Gerais, mas também para o Brasil, pelo seu perfil econômico e pelo arrojo de seu projeto. Com as circunstâncias que levaram a EBX a ter que deixar o projeto, o BNDES e o BDMG fizeram um trabalho prospectivo, e a Corporación América, que já tem uma identidade muito forte com o segmento, assumiu o projeto. Desse modo, fico muito honrado de estar aqui e de dar as boas vindas de Minas Gerais ao grupo argentino, ao senhor Eduardo, que preside este grande conglomerado econômico. Avançamos, neste momento, com mais este projeto, portanto, é um momento de grande tranquilidade com a continuidade do projeto da SIX, que é muito relevante para Minas e Ribeirão das Neves", disse o governador Anastasia.

A entrada do grupo Corporación América vai agregar mais valor ao negócio. O grupo já tem projetos similares na Argentina, que utilizam os semicondutores. Nesse sentido, a integração com a produção da SIX em Minas Gerais será importante e estratégica. Trata-se, segundo o presidente da Corporación América, de um grande negócio que colocará processos tecnológicos do Brasil e da Argentina em um novo patamar.

"Estamos almejando uma integração lógica e racional muito interessante e muito feliz que pode concretizar-se graças ao apoio dos participantes, os Governos do Estado e Federal, com a participação do BNDES, além dos demais sócios. Nós teremos um processo de integração que vai nos permitir, como disse o senhor governador, sermos muito mais competitivos a nível mundial. Brasil e Argentina merecem e tem a possibilidade com seus técnicos e profissionais de pensar não somente no presente, mas também no futuro. E esse é um grande projeto de futuro. Muito obrigado ao governador pela atenção que nos mostrou aqui hoje", afirmou Eduardo Eurnekian.

Com a substituição da EBX pela Corporación América, as demais participações acionárias permanecem inalteradas. A sua unidade industrial permitirá a inserção em um setor de alta tecnologia, com forte demanda nacional e internacional, suprindo a praticamente inexistente oferta de componentes locais. A SIX Semicondutores mantém inalterado seu modelo de negócios, como fabricante de chips para utilização em aplicações industriais, agricultura de precisão, cartões inteligentes, aplicações médicas de ponta e ciências da vida. Seu diferencial competitivo será a criação, o desenvolvimento e a produção de circuitos integrados customizados, operando em nichos e obtendo, consequentemente, margens maiores do que na produção em massa de semicondutores.

A tecnologia que será produzida a partir de Minas Gerais vai beneficiar o Estado não só pela fábrica em si, mas a cadeia produtiva que surgirá em seu entorno e, principalmente, pelos empregos de qualidade que irá gerar como explica a secretária de Dorothea Werneck, que participou das negociações com os argentinos.

"A questão de emprego é extremamente importante, mas não é número. Não é questão de centenas ou milhares. É questão de padrão de qualidade e, nesse sentido, acho que Minas, o nosso volume de capital humano, uma vez mais, justificam esse tipo de empreendimento. Lá na Argentina já tem uma unidade em parceria com uma universidade. Nos mesmos moldes nós vamos também trazer para o desenvolvimento em parceria Argentina-Minas. A gente vai poder dar continuidade a isso", afirmou a secretária, destacando o papel importante que as universidades mineiras poderão ter no processo.

A complementaridade das atividades da Unitec Blue e da Six Semicondutores, assim como as potenciais sinergias tecnológicas e comercias, trazem novas oportunidades de negócios para ambas as empresas com amplo fortalecimento regional e relevante impacto no ecossistema de inovação na América do Sul, sem perder o foco nos mercados globais.

Benefícios do *private equity* e do *venture capital* para a economia brasileira

No ano passado a indústria de *private equity* e *venture capital* investiu no Brasil R$ 15 bilhões, o que representou um crescimento de 26,3% em relação ao ano anterior. Desse total, uma fatia de 3,5% foi feito pelos fundos de venture capital, de acordo com dados da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (Abvcap).

Os benefícios diretos da operação de Private Equity e Venture Capital para a economia são inúmeros, como o aumento de produtividade, a geração de empregos e o recolhimento de impostos. Além disso, a maior parte dos benefícios financeiros futuros advindos das empresas investidas pela indústria retorna ao Brasil através de pagamentos de dividendos e venda das participações societárias.

A indústria no Brasil também tem apresentado um crescimento expressivo. De acordo com a pesquisa "Consolidação de Dados da Indústria de Private Equity e Venture Capital no Brasil2011/2012", realizada pela KPMG e a Abvcap, entre 2011 e o ano passado, o setor aumentou 31%, ou R$ 19,6 bilhões no capital comprometido. Em 2012, a maior parte do capital comprometido, R$ 52,7 bilhões, já havia sido efetivamente investida em empresas e R$ 28,7 bilhões encontravam-se disponíveis para novos investimentos e despesas dos fundos. Adicionalmente, aproximadamente R$ 20,9 bilhões já haviam sido retornados aos investidores.

Também no ano passado, o saldo do capital comprometido de investidoresnacionais superou o dos investidores estrangeiros, cresceu 46,5% contra 17,6% em 2012 em relação a 2011. O interesse local na indústria também foi percebido com o aumento de participação dos grandes players nacionais no mercado de capitais na indústria de Private Equity e Venture Capital. Além disso, a redução percentual da participação de investidores institucionais e outros investidores internacionais confirma o maior interesse local na indústria. O investimento em fundos de pensão nacionais e outros investidores institucionais brasileiros aumentaram sua participação em 68,8% e 75,0%, respectivamente.

Os investimentos reportados em Venture Capital em 2012 correspondem a apenas 3,5% do total investido, mesmo assim, cresceram 79,4% em 2012 em relação a 2011. Impulsionado pelo aumento do mercado consumidor interno e pelo crescente aumento da classe média brasileira, o setor de varejo liderou os investimentos com 21,8% do total em 2012. Em 2012, além do setor de varejo, se destacaram os setores de Óleo e Gás (13,3%), real estate e Construção Civil (12,6%). Esses três setores representaram 47,7% dos investimentos em 2012. Em 2011, os destaques foram os setores de Infraestrutura (12,5%), Saúde e Farmácia (11,9%) e Óleo e Gás (10%). Esses três setores representaram 34,4% dos investimentos em 2011, uma concentração menor que 2012. Também se destaca o setor de TI, com grande quantidade de operações, embora muitas vezes com valores inferiores aos outros setores citados.

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Aeronáutico
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO

Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000
Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO

Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-002
São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

Diplomacia com conhecimento de causa

*Sérgio Moreira Lima**

O conceito do Itamaraty muito se deve à sua capacidade de pesquisar e inovar na projeção e salvaguarda dos interesses nacionais

O conhecimento da realidade externa é necessário para compreender fatores que afetam cada vez mais o cotidiano. Não basta entender sua dinâmica, é preciso influir sobre sua evolução para promover e proteger direitos e interesses. A pesquisa de relações internacionais é instrumental nesse processo. Ela incumbe ao Estado e à sociedade civil, por intermédio das universidades, de centros de estudos e da própria mídia.

A reflexão diplomática e a acadêmica podem diferir em propósitos e tempo de ação. A primeira tem seu foco no interesse nacional e na formulação de políticas. Responde a questões mais imediatas e advém da necessidade de definir linhas de ação de curto e médio prazos, bem como traçar estratégias coerentes numa perspectiva mais longa.

Apesar de suas diferenças, ambas podem complementar-se no processo decisório que assegure consistência à política externa na defesa de valores fundamentais e dos princípios que orientam o Estado. O legado do Barão do Rio Branco na negociação das fronteiras do Brasil se deve não apenas às qualidades do patrono da diplomacia, como também a suas pesquisas em História, Geografia e Direito, com apoio de entidades civis.

Com a institucionalização da Fundação Alexandre de Gusmão (Fuanag) e a criação, em Brasília, em 1987, do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (Ipri), a ela vinculado, o Itamaraty deu um passo para aproximar diplomacia e academia, ao promover interação com a sociedade e conferir maior legitimidade à política externa. Esboçadas nos anos 70, essas iniciativas terão contribuído para reforçar valores democráticos em momento crítico da História do Brasil.

Diplomatas brasileiros já haviam participado do processo de criação em 1974 do primeiro curso de Relações Internacionais no país, na UnB. Com o

"A estabilidade do ordenamento internacional dependerá de sua legitimidade e de outros atributos que reflitam equilíbrio e coerência entre os valores universais defendidos internamente e sua projeção no mundo."

estabelecimento do Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (IRBr), em 1977, o Itamaraty lançou as bases para a interação continuada com a Academia. Das teses aprovadas desde então, as de maior interesse público têm sido divulgadas pela Funag.

Seminários sobre temas como o papel dos Brics no sistema internacional e a Diplomacia da Inovação para a Competitividade demonstram como Funag e Ipri contribuem para o esforço de reflexão sobre tópicos que vão da governança internacional à inserção do país nas cadeias globais de conhecimento e produção. O conceito do Itamaraty muito se deve à sua capacidade de pesquisar e inovar na projeção e salvaguarda dos interesses nacionais. É interessante que o Ipri tenha nascido de tese do CAE, defendida, em 1981, por Gelson Fonseca Junior, diplomata e pensador brasileiro.

Desafios atuais à pesquisa em relações internacionais continuam ligados à democracia e à projeção de seus princípios na ordem internacional. Compete ao Estado e à sociedade civil estudar esses obstáculos, cooperando entre si na busca de condições para sua superação, formulação conceitual e tratamento doutrinário. O Ipri tem por missão contribuir para o desenvolvimento do pensamento nacional autônomo acerca das grandes questões e oportunidades com que o Brasil se depara no mundo globalizado. Nesse propósito, complementa, em sua articulação com a academia, o exercício diário de pesquisa realizado por divisões e departamentos do Itamaraty.

Não deixa de surpreender o contraste entre valores e princípios no plano doméstico e sua reduzida projeção externa. Num mundo que se globaliza, esse paradoxo torna-se cada vez mais perceptível como dilema moral e político que afeta a dignidade dos que são "menos iguais". A estabilidade do ordenamento internacional dependerá de sua legitimidade e de outros atributos que reflitam equilíbrio e coerência entre os valores universais defendidos internamente e sua projeção no mundo.

Em palestra no IRBR, o chanceler Luiz Alberto Figueiredo Machado, após referir-se às questões ligadas à paz e à segurança internacional, ressaltou a crescente importância e atualidade dos temas do desenvolvimento, social e ambiental, na agenda internacional. Para o Brasil, o êxito e o alcance das políticas adotadas no passado recente, que contribuíram para transformações internas notáveis, reforçam as credenciais diplomáticas do país. Recordou o ministro Figueiredo encontro recente com o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e a percepção deste quanto à dose de liderança que caberá ao Brasil na implementação da Agenda do Desenvolvimento pós-2015.

Num território tão vasto, com características geográficas e humanas variadas, a reflexão sobre o tema da cooperação e das relações internacionais será cada vez mais relevante ao desenvolvimento do Brasil, à defesa de seus interesses e de suas ideias, bem como à projeção e ao fortalecimento de seus valores no plano externo.

Artigo Publicado no Jornal O Globo dia 8/11/13

**** Embaixador.***

Estratégias do Brasil para as negociações sobre o clima

*João Guilherme Sabino Ometto**

Ante o impasse entre as nações desenvolvidas e as emergentes e em desenvolvimento na Conferência da ONU sobre o Clima (COP-19), recentemente realizada em Varsóvia, na Polônia, o Comitê de Mudanças Climáticas da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) entende não ser razoável que o Brasil indique metas antes de ter alguma clareza sobre os compromissos que os países ricos estão dispostos a negociar. Afinal, já antecipamos algumas ações e temos nos mostrado flexíveis.

A entidade, que participa das COPs desde o Encontro de Copenhague, em 2009, integrando a delegação brasileira coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores, pondera que agora é hora de um pouco de cautela, pois o encontro de Varsóvia caracterizou-se por uma cisão entre os desenvolvidos, liderados pelo Umbrella Groupe, e os em desenvolvimento, representados pelo G77 & China, no qual está o Brasil. Os primeiros se negam a discutir sua responsabilidade histórica na emissão de gases de efeito estufa, que possibilitou que crescessem e enriquecessem. Esta discussão possibilitaria um melhor balanço nas responsabilidades futuras a serem assumidas por todos os países.O que desejam é o comprometimento atual de todos com objetivos a serem estabelecidos.

Assim, parece distante a viabilização dos dois pilares das conferências da ONU: taxas de redução das emissões dos gases de efeito estufa para limitar o aumento da temperatura em no máximo dois graus Celsius; e dinheiro para financiar a mitigação das mudanças climáticas, bem como a capacitação e transferência de tecnologia, cujo montante deveria alcançar US$ 100 bilhões a partir de 2020.

É muito claro, portanto, que os países desenvolvidos lutarão até o fim para incluir ao menos os emergentes em um novo acordo, a ser formalizado na COP 21, em 2015, no qual todos tenham compromissos iguais. Diante dessa indecisão, o futuro do sistema climático parece pautado por dois cenários: metas obrigatórias para os grandes emissores dos gases de efeito estufa, dentre eles o Brasil; e voluntárias para todos. Por isso, não devemos nos comprometer antes de verificar como cada um está disposto a contribuir.

Os avanços observados em Varsóvia na questão específica das florestas, com a finalização das regras de aplicação para projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD plus), não são suficientes para que já estabeleçamos compromissos ousados, enquanto os demais seguem omissos. De todo modo, a Fiesp entende que, no aspecto das florestas, nosso país deva cumprir a recomendação de definir uma autoridade nacional, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, para participar das negociações. Defende, ainda, que os entendimentos devam centrar-se no financiamento e no desafio de mensurar, reportar e verificar projetos, no qual também devem ser contempladas as florestas em propriedades privadas. Os créditos para aporte financeiro são essenciais para dar escala à adoção de projetos nacionais e subnacionais.

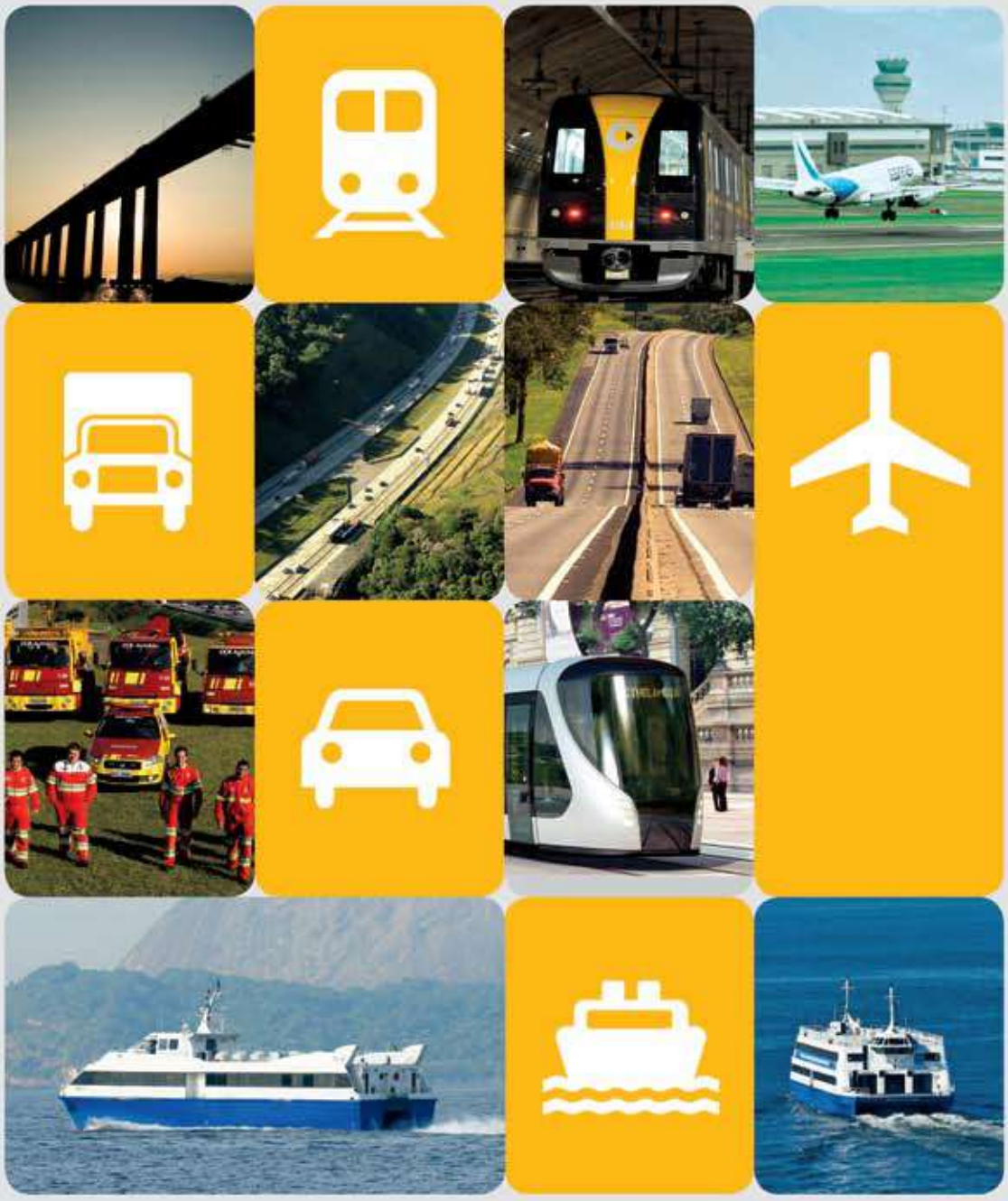
A entidade dialogará com as autoridades, contribuindo para as próximas estratégias nacionais relativas às conferências do clima. A Fiesp considera que as bases do novo acordo a ser adotado na COP 21 devam levar em conta metas ambiciosas, mas incluindo o passivo das emissões e os princípios de equidade entre os países. Nesse aspecto, concorda com a proposta brasileira de se criar metodologia para quantificar as responsabilidades anteriores. Demonstrando-se isso matematicamente, nenhuma nação poderá, pelo menos de modo ético, fugir aos seus compromissos com a humanidade. Defendemos, ainda, que uma decisão ligada à agropecuária deva garantir a segurança alimentar e os sistemas produtivos, evitando-se decisões que permitam a adoção de barreiras ao comércio disfarçadas com objetivos ligados à mudança do clima.

A Fiesp enfatiza que, em 2012, o Brasil já havia superado as metas de redução do desmatamento do cerrado para 2020, que eram de 40%, atingindo 60,5%. No que diz respeito à Amazônia, chegamos a 76,7%, muito próximos do objetivo de 80%. O novo Código Florestal Brasileiro contém avanços que também devem ser creditados como ação antecipada. Dentre eles, a agenda de regularização para recuperar ao menos 4,8 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a recuperação ou compensação de até 21 milhões de hectares de Reserva Legal.

A entidade salienta a importância do reconhecimento internacional desses avanços já concretizados em nosso país, para que outras nações não busquem adiar as suas iniciativas e/ou aleguem que nada foi feito. O propósito prioritário de reverter as mudanças climáticas não pode limitar-se ao proselitismo e aos interesses individuais. Todos têm de fazer sua parte!

** Engenheiro, presidente do Conselho de Administração do Grupo São Martinho, vice-presidente da Fiesp e coordenador do Comitê de Mudanças Climáticas da entidade.*

SÓ QUEM INVESTE TANTO EM INFRAESTRUTURA SABE QUE NÃO EXISTE APENAS UMA SOLUÇÃO PARA A MOBILIDADE. EXISTEM MUITAS.



Por isso a CCR é uma das maiores empresas de mobilidade do mundo. Porque há mais de uma década trabalha para abrir novos caminhos para você continuar em movimento, com segurança e com o padrão de excelência dos serviços oferecidos pelo Grupo CCR. Por terra, cuidando das melhores rodovias do País, administrando a linha 4 do metrô de SP, uma das mais modernas da América Latina, e construindo o metrô de Salvador e o VLT no Rio de Janeiro; pelo mar, renovando o serviço das Barcas; ou pelo ar, com grandes aeroportos nas Américas, a CCR é parceira do desenvolvimento e tem um compromisso com a construção do futuro da mobilidade.

www.ccr.com.br

É por aqui que a gente chega lá.

CCR

Tudo pronto para a Copa do Mundo?

A expectativa em torno do maior evento esportivo do mundo é grande, principalmente porque faltam estádios para serem entregues com menos de um semestre para o início dos jogos. Além disso, as obras de infraestrutura que foram prometidas ser concluídas ainda estão em andamento, sem falar do impacto que causou o acidente na Arena Corinthians, que será palco de abertura do evento.

A Matriz de Responsabilidades, que trata das áreas prioritárias de infraestrutura das 12 cidades que irão receber os jogos da Copa do Mundo de 2014, como aeroportos, portos, mobilidade urbana, estádios, segurança, telecomunicações e turismo, divulgou o último balanço de investimentos. O total, até setembro de 2013, foi de aproximadamente R$ 25 bilhões sendo em estádios o valor de R$ 8 bilhões.

Em São Paulo a situação se tornou tensa depois que um guindaste tentava pôr a última peça metálica da cobertura e a estrutura caiu sobre as arquibancadas e os operários. Até o momento foram investidos R$ 820 milhões. A construtora Odebrecht e o Corinthians, responsáveis pela construção do estádio que receberá a partida de abertura da Copa do Mundo de 2014, garantiram que o palco será entregue no dia 15 de abril, dentro do prazo.

O Estádio do Maracanã foi entregue, mas superou R$ 1,2 bilhão de investimentos, sendo o mais caro do Brasil. O valor inicial orçado para a reforma foi de R$ 700 milhões. Ícone do futebol, a reforma do estádio e do seu entorno é um projeto de grande importância para o Rio, e o qualificou como uma das principais instalações esportivas do mundo.

Dos 20 mais caros no mundo, 10 estão no Brasil

O fato é que o Brasil já possui os estádios mais caros do mundo. A afirmação provém de um estudo realizado pela KPMG, que levantou os custos com base nos assentos dos estádios construídos no mundo todo. Segundo os especialistas, não faz sentido comparar uma arena de 35 mil lugares com outra de 70 mil.

Com essa metodologia, os dados da KPMG revelam que o estádio mais caro do mundo é o Wembley, na Inglaterra, onde cada um dos assentos saiu por 10,1 mil euros (R$ 32,4 mil). O segundo estádio mais caro também fica em Londres. Trata-se do Emirates Stadium, do Arsenal, onde cada lugar custou 7,2 mil euros (R$ 23,3 mil).

Em terceira posição é o Estádio Mané Garrincha, em Brasília. Com custo avaliado em R$ 1,43 bilhão, o estádio tem um gasto por assento de R$ 20,7 mil, ou 6,2 mil euros. Na classificação, o Maracanã aparece na sétima posição, mais caro que a Allianz Arena de Munique. Manaus vem na 10ª colocação, com praticamente o mesmo preço por assento do estádio do Basel, situado em um dos países com os maiores custos de mão de obra do mundo, a Suíça.

O estádio do Corinthians, em Itaquera, seria o 12º mais caro do mundo, seguido pelas Arenas Pantanal, Pernambuco, Fonte Nova e Mineirão. Todos esses seriam mais caros do que estádios como o da Juventus, em Turim, considerada a arena mais moderna da Itália e usada como exemplo de gestão. O Castelão e o estádio de Natal também estão entre os 20 mais caros do mundo. Se o ranking fosse realizado considerando os custos totais dos estádios, o Mané Garrincha seria o segundo mais caro do mundo, com o Maracanã aparecendo na quarta posição.

UPP é bom negócio

*José Domingos Vargas**

As comunidades pacificadas do Rio vivem grande transformação. A integração dos três níveis de governo dá sustentação a macroações conduzidas pelo governo do estado: investimentos em infraestrutura, políticas públicas nas áreas de educação e saúde, pacificação pelas UPPs e fomento ao desenvolvimento.

Tais pilares estimulam o processo de gentrificação, impactando a dinâmica física e socioeconômica dessas áreas. Podemos definir gentrificação como uma transformação sociocultural na comunidade, introduzindo novos negócios e costumes, o que pressiona a saída de antigos residentes.

O Programa de Microcrédito produtivo da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (AgeRio) apoia os empreendedores locais na renovação ou criação de novos negócios, fazendo com que o morador se integre ao processo de mudanças que acompanha os investimentos.

O reconhecimento e a valorização dos talentos locais, a geração de emprego e renda na comunidade e o crescimento dos empreendedores causam um ciclo virtuoso, que ultrapassa as barreira da informalidade e dos limites geográficos, permitindo a transferência de renda de fora para dentro da comunidade, integrando-a economicamente à cidade.

Até o fim de 2013 atendemos a dois mil empreendedores. Em 2014, chegaremos à marca dos sete mil e, até 2018, nossa meta é ter 20 mil empreendedores apoiados permanentemente pelo Programa de Microcrédito produtivo da AgeRio.

Nossa atuação é direcionada para usar todo o potencial da comunidade, desde a seleção dos capacitadores dentre os jovens da comunidade. Estes profissionais atuam na divulgação do programa e na prospecção de empreendedores, auxiliando-os na elaboração do projeto e na coleta da documentação. O processo de concessão vai desde identificar o empreendimento, entrevistar o seu responsável, orientar no projeto, avaliar as necessidades do negócio e acompanhar o resultado. Temos vários casos de sucesso para contar, seja o salão de beleza com atendimento qualificado, o mercadinho com melhoria na entrega em domicílio ou o hostel, que amplia o fluxo de turistas.

Por utilizar o Fundo UPP, criado pelo governo do estado, o microcrédito da AgeRio pode oferecer juros e prazos adequados a cada projeto, fomentando a geração de emprego e renda, abrangendo diferentes atividades, tais como estética, vestuário, alimentos, comércio etc, o que transforma a vida do empreendedor, que passa a acreditar que pode crescer na sua comunidade ou ir além.

A gentrificação é notada quando o próprio empreendedor vê que tem condições de fazer diferente, melhor, mudar de hábitos em função de novos clientes mais exigentes, e essa exigência proporciona um repensar do negócio, acreditar nos novos tempos. Não se trata de ter que ficar ou sair, trata-se de ter opção, de ser livre para decidir, percebendo que está ajudando a moldar uma nova cidade. Uma única cidade!

**Presidente da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro.*

Microsseguros – a busca por um nicho de mercado emergente

José Antonio Menezes Varanda *

Num setor da economia bastante disputado e competitivo como o de seguros, é preciso inovar para crescer, aproveitando as possibilidades e oportunidades advindas de um nicho de mercado que vem emergindo no país desde a sua regulamentação pela Susep, em meados de 2012: o de microsseguros.

As condições da economia no Brasil, embora ligeiramente melhores que no primeiro semestre de 2013, continuam preocupantes, uma vez que os reflexos da desaceleração do crescimento da China, da crise na Europa, da desvalorização do real frente ao dólar, além da redução dos investimentos estrangeiros no país, exigem muita criatividade dos empresários para manter ou conquistar market share com boa lucratividade.

No segmento de seguros, a exemplo do que ocorre em países como: Índia, África do Sul, Peru, Filipinas e México, o microsseguro vem surgindo como uma das alternativas estratégicas para enfrentar a alta competitividade do setor.

Como os produtos de microsseguros são exclusivos para os microempreendedores individuais e para a população de baixa renda - esta última composta basicamente pela classe econômica "C" -, a conquista desse público, em especial a classe média, por parte das seguradoras brasileiras é crucial para a venda em massa desse novo tipo de produto.

Segundo o IBGE, a população brasileira em 2011 era de 169.060.969 de pessoas, das quais 105.468.908 (55%) faziam parte da classe "C", sendo projetada uma população de 201.032.714 de pessoas para julho de 2013 e de 228.400.000 de pessoas para 2042.

Se, hipoteticamente, a participação relativa da classe "C" permanecer a mesma encontrada em 2011 (55%), teremos uma população projetada de 110.567.992 e 125.620.000 de pessoas nessa classe econômica, para os anos de 2013 e 2042, respectivamente.

Por outro lado, conforme divulgado por diversos meios de comunicação no início deste ano, embora o rendimento das cadernetas de poupança tenha diminuído, a diferença entre os depósitos e as retiradas foi de R$ 71 bilhões, com captação recorde em dezembro de 2013. Isso mostra a decisão da população de guardar seus recursos em vez de direcioná-los somente para o consumo.

Esses dados justificam a adoção do microsseguro como uma alternativa estratégica de crescimento. Mas, como nem tudo são flores, as crescentes exigências de elevação de capital das seguradoras, decorrentes da adoção do regime de supervisão baseada em riscos, importam em queda dos níveis de rentabilidade das empresas, especialmente daquelas dedicadas à operação do microsseguro.

Segundo as regras vigentes, o crescimento das empresas – representado pela maior captação de prêmios – impacta diretamente a sua rentabilidade, visto que as exigências de capital estão vinculadas ao volume de prêmios.

Para se ampliar a rentabilidade do setor de microsseguros, será preciso que a Susep considere algumas diferenças entre o microsseguro e os seguros convencionais, por exemplo, o fato de que no microsseguro há uma enorme pulverização de riscos. Como se trata de produto massificado, com coberturas e prêmios de pequeno valor, não há oscilação relevante no patrimônio líquido da seguradora que opera no ramo. Nessa carteira não ocorrem sinistros de vulto, o que enseja a redução da necessidade de aporte de capital adicional.

Enquanto se discute a revisão das normas de supervisão e requerimento de capital, as seguradoras precisam conquistar a confiança da população de baixa renda, incentivando o recente despertar para uma consciência de prevenção de riscos. Para isso, será necessário desenvolver programas de cultura do seguro, de forma que os recursos financeiros dessa população sejam direcionados à compra de proteção e prevenção, e não ao consumismo desenfreado de bens e serviços.

Com o microsseguro é possível dobrar a participação do seguro no PIB, que hoje é da ordem de 3,4%, e aproximar o Brasil da média mundial que está em torno de 8%.

Não é uma tarefa fácil nem muito rápida, mas é bastante factível, desde que cada um dos players do mercado de seguros faça a sua parte.

** Coordenador e professor do Curso de Administração com linha de formação em Seguros e Previdência da Escola Nacional de Seguros.*

PROGRAME AGORA SEU MBA PARA 2014!

PARA ALCANÇAR O SUCESSO É PRECISO INVESTIR EM SUA CARREIRA.

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Escola Nacional de Seguros oferece cursos de pós-graduação para profissionais que pretendem aplicar seus conhecimentos em carreira gerencial.

Os programas despertam nos alunos visão sistêmica e capacidade de adaptação às repentinas mudanças no contexto socioeconômico e empresarial.

Os cursos podem ser ministrados em qualquer cidade do Brasil, na modalidade aberta ou fechada.

CURSOS PREVISTOS PARA 2014:

- MBA EXECUTIVO EM SEGUROS E RESSEGURO — INSCRIÇÕES ABERTAS - Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Goiânia
- MBA EM DIREITO DO SEGURO E RESSEGURO
- MBA EM GESTÃO DE RISCOS ATUARIAIS E FINANCEIROS
- MBA EM GERÊNCIA DE RISCOS — INSCRIÇÕES ABERTAS - Rio de Janeiro

CORPO DOCENTE

Doutores, Mestres e Especialistas
com larga experiência acadêmica e profissional.

Mais Informações:
mbarj@esns.org.br
Tel.: (21) 3380-1531 / 1091

DESCONTOS ESPECIAIS para empresas conveniadas (seguradoras e corretoras)!

ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS
5 NOTA MÁXIMA ENADE

ESCOLA NACIONAL de SEGUROS
www.funenseg.org.br

Percepção de que o viés para os preços de grãos e do petróleo em 2014 é baixista tem sido reforçada, a despeito dos riscos existentes

Octavio de Barros *

Leve aceleração da carteira de crédito direcionado no final de 2013, favorece os investimentos nos próximos meses

- Os dados de crédito conhecidos nos últimos meses têm sugerido que a atividade econômica brasileira tem crescido em ritmo mais moderado. Em outubro, de forma especial, o estoque total do crédito do sistema financeiro nacional cresceu 0,1%, em termos deflacionados e dessazonalizados, alcançando o montante de R$ 2,61 trilhões. Assim, como nos últimos meses, a expansão do crédito seguiu impulsionada pela carteira de crédito direcionado. Portanto, a contribuição do crédito para o crescimento econômico segue se dando de forma importante através dos investimentos.

- A carteira de crédito direcionado, desde setembro de 2012, tem apresentado crescimento consideravelmente superior ao da carteira de crédito livre. Contudo, nos últimos três meses é possível notar que a diferença do ritmo de expansão entre as carteiras diminuiu. Nossa percepção é de que as linhas direcionadas devem ter voltado a acelerar nos últimos meses deste ano, para a modalidade BNDES PSI, a qual, conforme anunciado nesta semana, terá novas condições financeiras a partir do próximo ano.

- Entendemos que a disparidade entre o crédito livre e direcionado continuará no curto prazo, com essas últimas linhas avançando em ritmo mais forte, sugerindo sustentação do crescimento dos investimentos nos trimestres à frente. Para 2014, esperamos movimento mais uniforme entre as carteiras, considerando (i) as mudanças nas condições financeiras, que implicarão alguma moderação da expansão das linhas do BNDES e (ii) a elevada base de comparação, como ocorre com o crédito imobiliário, já que essas linhas cresceram bastante nos últimos anos. Apesar de modesto, esperamos manutenção no ritmo de expansão do crédito livre, impulsionado na carteira de pessoa física pelo crédito consignado e por cartão de crédito (compras à vista e parcelado lojista) e na carteira de pessoa jurídica por capital de giro e aquisição de bens/leasing. Dessa forma, levando em conta o desempenho do sistema financeiro nacional, nossa expectativa é de que no próximo ano a carteira de crédito livre crescerá 11,3% e o crédito direcionado 15,8%, ante avanços respectivos de 11,5% e 20%, registrados neste ano.

Percepção de que o viés para os preços de grãos e do petróleo em 2014 é baixista tem sido reforçada, a despeito dos riscos existentes

- Apesar dos riscos existentes nos mercados de *commodities* (clima, tensões geopolíticas, problemas técnicos de produção, dentre outros), o viés para os preços, em geral, continua baixista, o que fica reforçado pelo ambiente previsto para 2014, no qual devem prevalecer a apreciação do dólar, a abertura das taxas longas de juros e alguma desaceleração do crescimento chinês, ainda que bastante moderada.

- Esse quadro, se confirmado, tende a trazer impactos macroeconômicos relevantes. Por um lado, a tendência de queda de preços de bens primários tende a prejudicar as receitas de países exportadores, com impactos potenciais sobre as suas moedas (em um contexto no qual a apreciação do dólar já deve produzir perdas para tais moedas). Por outro, tende a reforçar a recuperação global, ao dissipar pressões inflacionárias e, com isso, apontar para uma normalização gradualista da política monetária dos países desenvolvidos. O petróleo, de modo particular, tende a gerar impactos mais relevantes para a economia global, inclusive pelos seus vínculos em termos de insumo e transporte de outras *commodities*.

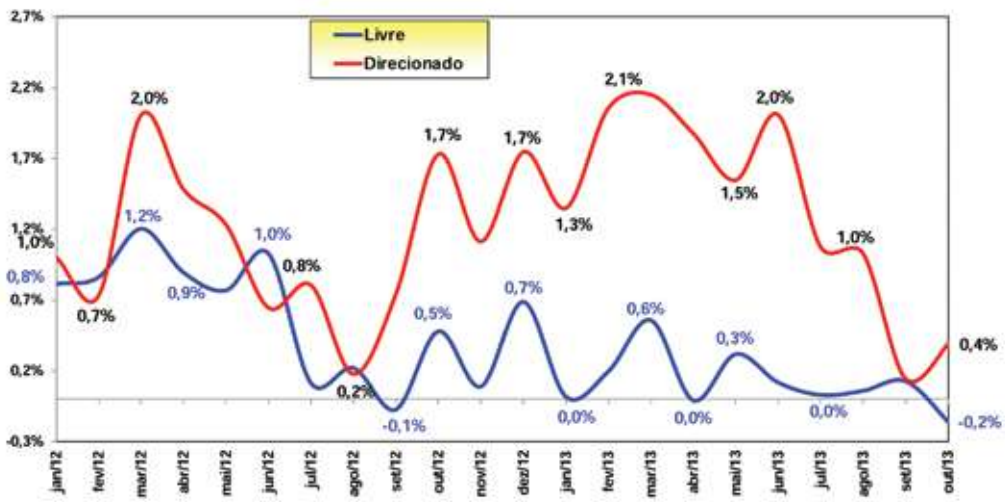
Os dados de crédito conhecidos nos últimos meses têm sugerido que a atividade econômica brasileira tem crescido em ritmo mais moderado.

Em outubro, de forma especial, o estoque total do crédito do sistema financeiro nacional cresceu 0,1%, em termos deflacionados e dessazonalizados, alcançando o montante de R$ 2,61 trilhões. Assim, como nos últimos meses, a expansão do crédito seguiu impulsionada pela carteira de crédito direcionado. Portanto, a contribuição do crédito para o crescimento econômico segue se dando de forma importante através dos investimentos, diferente dos últimos anos nos quais o consumo se destacou.

Vale mencionar, que essa mudança no mix de crédito está basicamente relacionada à demanda. Na carteira de pessoa física notamos uma procura maior por crédito habitacional (que se trata de uma decisão de investimento) ante linhas relacionadas ao consumo, ainda que o crédito consignado e cartão de crédito (à vista) tenham se destacado. Importante ressaltar que, independente da origem, livre ou direcionado, o crédito às famílias segue em expansão. De fato, a relação crédito à pessoa física total/PIB passou de 24,5% em janeiro para 25,8% em outubro deste ano, compatível com a sustentabilidade do endividamento e do comprometimento de renda. Em relação à carteira de pessoa jurídica, também notamos alguma concorrência entre as linhas do crédito livre e direcionado, como no caso de capital de giro e financiamento de bens (aquisição de bens, leasing). Portanto, o desempenho do crédito direcionado acima do crédito livre, em alguma medida, está relacionado às linhas substitutas de financiamento.

A carteira de crédito direcionado, desde setembro de 2012, tem apresentado crescimento consideravelmente superior ao da carteira de crédito livre. Contudo, nos últimos três meses é possível notar que a diferença do ritmo de expansão entre as carteiras diminuiu. Dessa forma, qual seria o motivo do descompasso entre as carteiras e por que ele estaria diminuindo agora?

Nossa percepção é de que as linhas direcionadas devem ter voltado a acelerar nos últimos meses deste ano, para a modalidade BNDES PSI1, a qual, conforme anunciado nesta semana, terá novas condições financeiras a partir do próximo ano. Implementado desde julho de 2009, o PSI tem tido impacto relevante no financiamento de máquinas, equipamentos, caminhões e ônibus. Apesar do estímulo positivo para a atividade, como as condições financeiras do programa são alteradas de tempos em tempos, observamos nessas mudanças um aumento da volatilidade, ou seja, antes das alterações da taxa notamos um efeito de antecipação.



Variação mensal do estoque de crédito livre e direcionado (dados deflacionados e dessazonalizados)

Fonte: BCB Elaboração: BRADESCO

**** Diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos - BRADESCO - Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos***

.

Land Rover anuncia construção de fábrica no Rio

A Jaguar Land Rover anunciou recentemente a construção de uma fábrica no município de Itatiaia, região Sul Fluminense do Rio de Janeiro, com investimentos de R$ 750 milhões até 2020. Com o projeto, a companhia se torna a primeira fabricante britânica de automóveis a abrir uma fábrica no Brasil.

O início das obras se dará em meados de 2014 e a expectativa da Jaguar Land Rover é que a produção se inicie em 2016, em conformidade com a etapa final do programa Inovar-auto, implementado pelo Governo Federal.

Com capacidade de produção de 24 mil veículos por ano, o projeto irá gerar, inicialmente, cerca de 400 empregos diretos e diversos outros indiretos, dentro da rede de fornecedores. A iniciativa faz parte da estratégia de crescimento global da Land Rover, além de atender uma crescente demanda de clientes no Brasil e em toda a América do Sul. Os primeiros veículos deverão sair das linhas de produção em 2016.

Segundo comunicado da empresa, "o Brasil e os demais países da região são de grande importância. Eles possuem um volume de clientes que, cada vez mais, estão em busca de produtos Premium de alta capacidade. O novo projeto deverá permitir à Jaguar Land Rover, oferecer novos produtos a esses clientes. Os veículos que serão produzidos são dotados do que existe de melhor em relação ao design e engenharia tipicamente britânicos, fabricados por uma unidade de padrão global que incorpora toda a liderança da nossa empresa em termos de tecnologia de produção", afirma o CEO global da Jaguar Land Rover, Dr. Ralf Speth.

"Nós estabelecemos um excelente relacionamento de trabalho com o estado do Rio de Janeiro, com a cidade de Itatiaia e com a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro e estamos ansiosos para atrair ainda mais clientes neste tão importante mercado para nossas marcas", complementa Dr. Ralf Speth.

Para o Governador do Estado, Sérgio Cabral, a escolha do Rio de Janeiro marca uma conquista histórica para o estado. Para ele, a região oferece um polo automotivo que concentra mão de obra qualificada e importantes fornecedores.

Em 2013, as vendas dos veículos Jaguar e Land Rover no país nos dez primeiros meses deste ano alcançaram 9.549 unidades, um crescimento de 40% na comparação com o mesmo período do ano passado.As linhas Range Rover Evoque, Freelander e Discovery são as mais comercializadas no país. Atualmente, as marcas possuem 36 concessionários espalhados pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, número que deverá aumentar em 2014, em acordo com os planos de expansão das marcas no Brasil.

Cristo Redentor
Uma das sete maravilhas do mundo é brasileira.

São Paulo
Uma das cidades com o maior PIB do mundo é brasileira.

Floresta Amazônica
Uma das maiores florestas do mundo é brasileira.

Petrobras
Uma das maiores empresas de petróleo do mundo é brasileira.

Cataratas do Iguaçu
Uma das mais belas cataratas do mundo é brasileira.

Carnaval
A maior festa popular do mundo é brasileira.

Somos a nº 1 brasileira de auditoria independente. **Faça sua escolha.**

Lopes, Machado
Auditors, Consultants & Business Advisers

Independent Member of
BKR International

SEDE Rio de Janeiro
Macaé - RJ • São Paulo - SP • Belo Horizonte - MG
Salvador - BA • Recife - PE • Vila Velha - ES

Credibilidade: fator que coloca a BKR entre as maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo, com 280 escritórios em 72 países.

Auditoria • Auditoria de TI e Riscos Corporativos • Consultoria de Estratégia e Gestão • Consultoria Tributária e Trabalhista
Due Diligence • Treinamento Empresarial • Serviços Especiais

novosnegocios@bkr-lopesmachado.com.br

☎ **55 21 2156-5800**

22 anos

www.lopesmachado.com

Gastos com segurança pública no Brasil totalizaram R$ 61 bilhões

Os gastos com segurança pública no Brasil totalizaram R$ 61,1 bilhões em 2012, um incremento de 15,83% em relação ao ano anterior. Os dados constam na 7ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que foi apresentado recentemente, em São Paulo.

O levantamento, realizado a partir do cruzamento e da consolidação das informações da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda e da Secretaria da Fazenda das 27 unidades da federação, indica que São Paulo foi o Estado que destinou mais recursos ao setor: R$ 14,37 bilhões. O montante é 17,27% superior ao do ano anterior e 82,36% superior aos gastos da União com a pasta, que foram de R$ 7,88 bilhões. O terceiro ente federativo que mais investiu em segurança pública (logo após a União) foi o Estado de Minas Gerais, que destinou R$7,57 bilhões para a pasta, e o quarto foi o Rio de Janeiro, que gastou R$ 5,64 bilhões.

O Governo do Estado de São Paulo, entretanto, gastou R$ 5,73 bilhões, ou 39,87% do total destinado a pasta, apenas com o pagamento de aposentadorias, não contribuindo diretamente para o policiamento ou para as demais funções de segurança pública no Estado. O mesmo aconteceu com Minas Gerais, que gastou R$ 2,59 bilhões (34,21%) com aposentadorias. O FBSP destaca que apesar de praticamente todos os estados somarem os gastos com previdência para o pagamento de aposentadoria dos agentes de segurança ao total destinado a pasta Segurança Pública, apenas São Paulo e Minas Gerais informaram esses gastos de forma separada, o que auxilia a perceber quais são os recursos efetivamente aplicados no setor.

O Anuário aponta, também, que os gastos em inteligência e informação, apesar de fundamentais para melhorar o trabalho desenvolvido pelas diversas polícias, ainda são os mais escassos. O segmento recebeu apenas R$ 880,05 milhões, frente a R$ 17,56 bilhões de policiamento, R$ 2,57 bilhões de defesa civil e R$ 31,78 bilhões das demais subfunções. No entanto, o avanço de 78,12% no montante destinado a este segmento, que em 2011 foi de R$ 494,09 milhões, indica que os estados e a União estão começando a se preocupar mais com questões estratégicas para o aperfeiçoamento da segurança pública. Há, contudo, estados que praticamente não despendem recursos para esta subfunção, como o Rio de Janeiro, que destinou apenas R$ 19,06 mil a área em 2012. O que torna o estado que menos investiu nesta função. Apesar de o número ser puxado por extremos como o do Estado de São Paulo (na ponta inversa da tabela), que destinou 273,24 milhões à área cada estado gastou, em média, R$ 27,62 milhões em Inteligência e Informação.

CRIMINALIDADE

Alagoas continua sendo o Estado com maior número de homicídios dolosos (com intenção de matar) no país, com 58,2 mortes por grupo de 100 mil habitantes. Contudo, o anuário registrou uma melhora expressiva no combate a esse tipo de crime. Em relação a 2011, a taxa recuou 21,9%. Já em números absolutos, houve uma retração de 2.342 mortes, em 2011, para 1.843 em 2012. O estado que mais reduziu a taxa de mortes, contudo, foi Espirito Santo. Em relação a 2011, quando o Estado apresentava a terceira pior taxa de homicídios do país, 41,1 mortes por grupo de 100 mil habitantes, houve um recuo de 33%; o que levou a taxa a 27,5 mortes por grupo de 100 mil habitantes.

No outro extremo, o Amapá registrou o maior incremento na taxa de homicídios, saindo de 3,4 morte por grupo de 100 mil habitantes, em 2011, para 9,9 em 2012. Um avanço de 193,9%. Os dados do Amapá, entretanto, estão no grupo 4 da avaliação. O que indica que seus dados são de baixa qualidade (pouco confiáveis) e que o Estado não utilizou o Sistema Nacio-

nal de Estatísticas em Segurança Pública (Sinesp) corretamente. Entre os Estados no grupo 1, com alta qualidade de informações (credibilidade) e que preencheram o Sinesp com dados adequados, Pará foi o Estado em que o total de homicídios dolosos mais cresceu. Em 2011, a taxa de mortes por grupo de 100 mil habitantes era de 14,7. Em 2012, essa taxa subiu para 42,2, um avanço de 186,6%.

Os Estados com as menores taxas de morte por grupo de 100 mil habitantes são: Amapá (9,9), Santa Catarina (11,3), São Paulo (11,5), Roraima (13,2), Mato Grosso do Sul (14,9), Piauí (15,2) e Rio Grande do Sul (18,4). Contudo, Santa Catarina, Roraima e Piauí estão no grupo 2 de qualidade da informação, que reúne os estados que preencheram adequadamente o Sinesp, mas que não têm informações confiáveis. No Brasil, a taxa subiu de 22,5 mortes por grupo de 100 mil habitantes para 24,3, um avanço de 7,8%. No total, o país registrou 47.136 mortes por homicídio doloso.

Outro número alarmante foi o total de estupros, que superou o de homicídios dolosos. No país, foram 50.617 casos, ou 26,1 estupros por grupo de 100 mil habitantes. Um avanço de 18,17% em relação a 2011, quanto a taxa era de 22,1. Roraima, Rondônia e Santa Catarina são os estados com as maiores taxas de estupro por grupo de 100 mil habitantes no país, respectivamente, 52,2, 49 e 45,8. Contudo, esses estados encontram-se no grupo 2 de qualidade dos dados, o que indica que os números reais podem ser ainda piores. Entre os estados no grupo 1, Rio Grande do Sul, Mato grosso do Sul e Mato Grosso apresentam as maiores taxas: 43,5; 40,6; e 38,6, respectivamente. No Rio Grande do Sul, contudo, as ocorrências de Estupro e Tentativa de Estupro são registradas da mesma forma, o que eleva a taxa. Paraíba, Rio Grande do Norte e Minas Gerais apresentam as menores taxas do país: 8,8; 9,9; e 10,1, respectivamente. Enquanto Paraíba e Minas integram o grupo 1 de qualidade da informação, Rio Grande do Norte está no grupo 3, que apresenta alta qualidade de informações (credibilidade), mas não preenche corretamente o Sinesp.

POPULAÇÃO CARCERÁRIA

O número de presos no país cresceu 9,39% entre 2011 e 2012, sobrecarregando ainda mais o já superlotado sistema penitenciário brasileiro. A população carcerária saltou de 471,25 mil, no fim de 2011, para 515,48 mil em 2012. No mesmo período, o total de vagas nos presídios aumentou em um ritmo bem inferior, saindo de 295,43 mil para 303,74 mil. Um crescimento de apenas 2,82%.

No total, o país conta com 1,7 detentos por vaga. Contudo, em alguns Estados, essa razão é ainda mais alarmante. Bahia, Rio Grande do Norte, Amapá, Pernambuco, Amazonas e Alagoas têm, respectivamente, 2,2, 2,3, 2,4, 2,5, 2,6 e 3,7 presos por vaga. Por outro lado, o Estado de São Paulo, onde esta razão é de 1,9, tem déficit de 88,52 mil vagas, o maior do país em números absolutos. O segundo Estado que precisa criar mais vagas é Minas Gerais e o terceiro, Pernambuco, com falta de 18,52 mil e 17,29 mil vagas, respectivamente.

Boa parte do problema, segundo levantamento do FBSP, poderia ser resolvido com mais celeridade do sistema Judiciário, já que 38% dos detentos no país são presos provisórios, com casos ainda não julgados. Sete estados, entretanto, têm mais de 50% da população carcerária ainda aguardando julgamento, são eles: Mato Grosso (53,6%), Maranhão (55,1%), Minas Gerais (58,1%), Sergipe (62,5%), Pernambuco (62,6%), Amazonas (62,7%) e Piauí (65,7%).

Nota metodológica

Os números apresentados no Anuário sobre ocorrências criminais foram conseguidos, em grande parte, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC), gerido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça (MJ). O SINESPJC foi institucionalizado pelo projeto de Lei nº 12.681, de 2012, que cria o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). O sistema, que representa uma grande conquista para o setor, ainda não é abastecido adequadamente apenas por dois estados: Amapá e Rio Grande do Norte. Os dados desses estados foram buscados junto aos gestores regionais.

UPCYCLE

A política de resíduos sólidos tem reforçado a importância do tratamento a ser dado aos refugos das indústrias têxtil e de confecção, já que o *modus operandi* do setor gera, segundo a ABIT, cerca de 170 mil toneladas/ano de retalhos, 90 % dos quais seguem diretamente para o lixo. A consultoria MODA MASTIGADA www.modamastigada.com.br vem orientando seus clientes em relação ao upcycle, uma tendência que prima pela originalidade e consciência ecológica. Através deste novo conceito, vem sendo possível tanto reformatar sobras de produção - gerando renda para as famílias que a praticam - como também mudar os paradigmas do consumidor, que aprende como uma camisa negligenciada no fundo do armário pode voltar à coleção de amanhã.

CARREFOUR

O Carrefour irá comprar um portfólio de 127 shoppings na França, Espanha e Itália do grupo imobiliário Klepierre por 2 bilhões de euros (2,75 bilhões de dólares). A maior varejista da Europa afirmou que vai unir os shoppings da Klepierre aos 45 shoppings do Carrefour na França, avaliados em 700 milhões de euros, criando um dos principais grupos de shoppings na Europa. A nova empresa, com mais de 800 mil metros quadrados de área de varejo e ativos de 2,7 bilhões de euros, terá 1,8 bilhão de euros em ações, sendo 42 por cento dos papéis detidos pelo Carrefour e o restante por investidores institucionais. A transação, que permanece sujeita a acordo entre as partes e aprovação das autoridades reguladoras, deve ser concluída no primeiro semestre de 2014.

AEROVALE

Já na fase final de terraplanagem, o aeroporto privado Aerovale, um investimento de R$ 230 milhões em Caçapava, no Vale do Paraíba (SP), vai contar com uma rede de fibra ótica para telefonia, voz e dados. O moderno sistema de alta velocidade vai ficar à disposição de cada lote de forma independente e imediata, mas permitindo, ao mesmo tempo, que o proprietário escolha com qual operadora deseja trabalhar.O Aerovale vai contar com pista de pouso de 1550 metros e um condomínio com área aeronáutica e industrial/comercial. Ao todo são mais de 300 lotes, sendo que 30% já estão vendidos. A pista ficará pronta em maio e poderá ser usada como alternativa durante a Copa do Mundo, mas o empreendimento será entregue no fim do ano que vem.Com acesso pelas rodovias Carvalho Pinto (300 metros) e Presidente Dutra (4 km), o Aerovale é um projeto da Penido Construtora.

ELETROBRAS

A Eletrobras planeja investir R$ 13 bilhões em 2014. Segundo afirmou o presidente da estatal, José da Costa Carvalho Neto, a companhia deve fechar 2013 com investimentos de R$ 11 bilhões. O valor é recorde e atinge realização de 82% do orçamento previsto para este ano. “Nós achamos que pode ser até maior que os R$ 12 bilhões. Se for mais que isso, será lucro para a empresa. Se for menos, será prejuízo”, disse o executivo em almoço com jornalistas. Ele acrescentou que a Eletrobras “estuda seriamente” ter um endereço único no Rio de Janeiro, centralizando as operações de todas as empresas do grupo. O objetivo da companhia, que pretende fazer o mesmo em Brasília, é reduzir custos.

TURISMO BRASILEIRO

O Ministério do Turismo lançou manuais para incentivar brasileiros a viajar no Brasil. Segundo o órgão do Governo, no ano passado 60 milhões de brasileiros realizaram 197 milhões de viagens domésticas, sendo que 81,4% foram realizadas como viagens de lazer, principalmente o turismo de sol e praia, ecoturismo e cultura. A publicação do manual é a segunda edição, que reúne roteiros de ecoturismo, turismo náutico, turismo de negócios, pesca esportiva, turismo de praia, turismo cultural e turismo rural. Em versões português-inglês e português-espanhol, os temas fazem parte da coleção "O Brasil que você procura".

ARNOLD CLASSIC BRASIL

O Rio de Janeiro também será palco em 2014 do Arnold Classic Brasil, evento multiesportivo idealizado pelo ator, político e ex-fisiculturista Arnold Schwarzenegger, que foi confirmado para abril de 2014, no Riocentro. Com investimentos de R$ 8 milhões, os organizadores pretendem receber 70 mil visitantes, cinco mil atletas e gerar cerca de R$ 80 milhões em negócios. Na primeira edição, em 2013, foram 60 mil visitantes e R$ 60 milhões em negócios. O evento engloba uma feira de nutrição esportiva que deverá ter 150 expositores das áreas de suplementos alimentares, equipamentos de musculação e fitness, acessórios de ginástica e de lutas, vestuário e calçados esportivos. A programação inclui ainda 25 competições esportivas e um congresso técnico para profissionais de Educação Física, Nutrição, MMA, Bodybuilders e amantes do esporte.

DUDA BRAGA

A estilista carioca, Duda Braga, mostrou na edição de verão 2014 do Fashion Rio porque tornou a sua marca Brir desejada entre as consumidoras de moda de plantão. Em parceria com a marca Nica Kessler, desenvolveu acessórios exclusivos – e irresistíveis – para o desfile. A estilista tem um currículo de peso: começou cedo, com 17 anos, na equipe de figurino do Theatro Municipal do Rio, estagiou na Rede Globo, na equipe de produção da conceituada figurinista Beth Filipeck, participando de criações de figurinos para minisséries. Fez estágio também na empresa de Lenny Niemeyer, marca carioca de biquínis, e trabalhou na grife carioca Isabela Capeto. A sua marca foi lançada em 2012, com uma loja no Shopping Fashion Mall, e participou de editorias importantes em revistas como L'Officiel e Vogue.

Confira o site de Duda Braga: www.brir.com.br

Aperta o cerco às empresas

A Receita Federal já deu início àquela que é considerada uma das últimas frentes do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), programa lançado em 2008 que busca informatizar e padronizar a transmissão dos dados contábeis e fiscais das empresas brasileiras ao Fisco.

A publicação da Instrução Normativa RFB 1.422, em 19 de dezembro de 2013, disciplinou a ECF - Escrituração Contábil Fiscal (nova designação para a EFD-IRPJ, prevista na IN RFB 1.353/2013), cuja adoção será obrigatória já em relação ao ano calendário 2014, com entrega inicial prevista para julho de 2015.

A escrituração fiscal digital implica a eliminação da DIPJ e, no caso das empresas tributadas pelo lucro real, da obrigatoriedade de escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur), que será substituído pelo módulo eletrônico do livro, o e-Lalur, bem como do FCONT.

Como é inerente aos programas no âmbito do SPED, com a ECF, as empresas deverão demonstrar a base de cálculo do IRPJ e da CSLL com detalhes das adições e exclusões, inclusive em relação aos valores que impactarão os cálculos nos exercícios seguintes, os quais serão automática e permanentemente rastreados pelo Fisco. "Esse é um ponto que merece atenção especial porque, além dos saldos do livro físico transferidos para o e-Lalur, as empresas precisam amarrar os ajustes ao lucro real e base de cálculo da CSLL com os valores advindos da escrituração societária de acordo com o Plano de Contas Referencial. Tudo isto com um nível de detalhamento com o qual muitos contribuintes ainda não estão acostumados", diz Claudio Yano, diretor executivo de Impostos da EY. "Neste sentido, a adoção do novo modelo tributário que substituirá o RTT a partir de 2015, ou já em 2014 caso a empresa faça opção pela sua adoção antecipada, conforme faculta a Medida Provisória 627/2013, também trará muita complexidade à ECF."

Na prática, com a implementação da ECF, a RFB aumentará a rastreabilidade das informações e registros, exigindo uma grande "amarração" dos dados contábeis e fiscais. Se, no momento do preenchimento da nova escrituração fiscal, o contribuinte reportar valores incompatíveis com aqueles fornecidos via ECD (Escrituração Contábil Digital), será intimado pela fiscalização a detalhar as discrepâncias.

Assim sendo, as empresas precisam se preparar com antecedência. Áreas de TI, contábil e fiscal terão um trabalho minucioso para adequar seus sistemas e a revisão das informações. Assim, cresce a importância de contar com uma consultoria externa, até porque as multas por entrega atrasada de declarações ou informações inexatas podem ser bastante pesadas.

Para empresas em início de atividade, imunes ou isentas ou que apuraram lucro presumido ou pelo Simples Nacional na última declaração, a penalidade é de R$ 500 por mês ou fração de mês de atraso. Se estiver no lucro real ou arbitrado, a multa mensal ou por fração de mês é de R$ 1.500. Apresentar a escrituração digital com informações inexatas, incompletas ou omitidas pode levar à multa de 3%, não inferior a R$ 100,00, do valor das transações comerciais ou operações financeiras próprias da pessoa jurídica ou de terceiros em relação às quais seja responsável tributário.

Quanto mais a empresa estiver preparada para a captura e validação das informações necessárias ao adequado preenchimento da ECF, menores serão as chances de questionamentos e multas.

Trabalhe conosco: ey.com.br/carreiras
© 2014 EYGM Limited. Todos os Direitos Reservados.
EY
Building a better working world
RTT, ECF, IRPJ? Podemos te dar uma luz.
O planejamento empresarial levando em conta a gestão estratégica de tributos é atividade essencial para todos, e de alta complexidade. Conte com a EY para integrar conhecimentos e navegar pelo ambiente fiscal de modo inteligente e eficaz.
ey.com.br/impostos
ey.com.br/betterworkingworld
#BetterWorkingWorld
facebook | EYBrasil
twitter | EY_Brasil
linkedin | ernstandyoung
Rio2016
APOIADOR OFICIAL
TM Rio 2016
Auditoria | Impostos | Transações | Consultoria

Ajuda à balança comercial

*Reginaldo Gonçalves**

Para conseguir fechar os números no final do ano e apresentar uma situação menos complicada, o Governo Federal efetuou contínuas operações, que só não chamam a atenção de leigos. A operação efetuada no final de 2012 com a Petrobrás, de forma criativa, postergou o registro das importações permitidas pela Receita Federal e auxiliou o governo a apresentar um resultado da balança comercial superior em US$ 4,5 bi. Medida fortemente criticada e que fez com que a balança comercial atingisse um patamar de superávit de US$ 19,43 bi, que foi significativamente inferior a 2011, quando atingiu o superávit de US$ 29,79 bi.

Em 2013, houve queda das exportações em virtude de problemas decorrentes do aumento do custo interno das indústrias brasileiras – com acentuado enfraquecimento das exportações de insumos para indústrias siderúrgicas com relação à China – envolvendo logística, aumento de juros e falta de investimentos na melhoria do setor produtivo, resultando na perda de competitividade. Esta situação colaborou para o aumento das importações.

Paralelamente a isso, a possibilidade dos Estados Unidos alterar os juros e a tímida recuperação dos países da Eurozona, embora ainda longe do equilíbrio de suas economias, faz com que esses problemas convirjam para uma situação no qual o mercado interno brasileiro precisará de atitudes governamentais para que possa se tornar competitivo e voltar a ter uma situação mais favorável, tanto na economia interna como internacional.

Se já não bastasse o aumento dos juros da taxa Selic ter atingindo o patamar de 10% ao ano, e a possibilidade, a partir de janeiro/2014 para 10,5%, ambos mecanismos elaborados para conter o aumento da inflação, aliada à possiblidade de novos gatilhos no aumento dos combustíveis como forma de reposição das perdas contínuas de caixa da Petrobrás, o Governo, numa mágica tirada da cartola, busca justificar um ano difícil mas com saldo positivo da balança comercial.

A utilização da Petrobrás para alavancar a política governamental que exporta plataformas petrolíferas, através de venda para suas subsidiárias no exterior e as aluga para a companhia no Brasil, tem engordado de forma artificial a balança comercial. Até a terceira semana de dezembro/2013, a balança comercial, sem considerar as exportações das plataformas que nem saíram do Brasil, teve um déficit em torno de US$ 6,7 bi. Já com a "pequena ajuda do governo", este número foi revertido com um acréscimo de US$ 7,74 bi, por meio da venda de sete plataformas, o que modificou o resultado para um superávit na balança comercial na ordem de US$1,02 bi.

As manobras governamentais fazem com que cada vez mais haja dúvidas da gestão na manipulação de dados, o que poderá ser um problema para o Governo Federal mais adiante. Isto se verifica pelo contínuo uso da contabilidade criativa, através da venda artificial de plataformas, antecipação de dividendos com as empresas estatais, a pressão por juros mais altos, a busca por aumentos inferiores dos preços controlados nos segmentos de energia elétrica, combustíveis e transporte coletivo.

A pressão por aumentos dos preços para garantir o equilíbrio na geração de caixa, dos acionistas preocupados com o retorno de seus investimentos e a preocupação da Presidência em coibir os aumentos para manter a inflação em patamares controláveis, não extrapolando a meta de 6,5%, poderá gerar um sucateamento maior da indústria e um aumento bem acima da inflação, provocando, em efeito cascata, pressão na inflação e prejuízos maiores nas indústrias do mercado doméstico.

Logo, é iminente que possa haver recessão e com a possibilidade de redução da empregabilidade. É preciso uma ação mais efetiva do Governo para estimular o mercado interno, sendo fundamental a busca por redução do endividamento público, aumento do superávit primário para amortização dos juros da dívida e a possibilidade de redução do principal da dívida. Tudo isso aliado à maior eficiência da máquina em investimentos prioritários em saúde, educação, habitação e transporte, redução dos juros para estimular a produção, dos custos logistícos e dos preços controlados, juntamente com a redução dos impostos, minimizando, desta forma, os pro blemas existentes na perda de competitividade.

Enquanto o Governo pensar em ajustar números, modificar índices ou fazer manobras contábeis para justificar o atendimento das metas, certamente colocará o Brasil em situação difícil. Sabe-se que 2014 será um ano difícil e corremos o risco de o Governo usar a máquina administrativa para aumentar a possibilidade de sua reeleição e, todo esse represamento no combate à inflação, poderá causar um impacto negativo, que respingará em 2015. É hora da sociedade cobrar mais eficiência no uso do recurso público e menos manobra para ajuste dos números, é preciso o estímulo no setor produtivo para que haja crescimento com responsabilidade social.

** Coordenador de ciências contábeis da Faculdade Santa Marcelina - FASM.*

Dicas de filmes para saber um pouco mais sobre o mercado financeiro

*Aline Ribeiro**

"WALL STREET: O DINHEIRO NUNCA DORME"

Gordon Gekko (Michael Douglas), após cumprir pena por fraudes financeiras, deixa a prisão e encontra um novo cenário econômico. Impossibilitado de operar no mercado financeiro, ele dedica seu tempo a realizar palestras e a escrever um livro, onde critica o comportamento de risco dos mercados. Abordado por Jacob Moore (Shia LaBeouf), um operador idealista do mercado de Wall Street, após uma de suas palestras, ele descobre que o rapaz vive com Winnie (Carey Mulligan), sua filha. Deste encontro, Gekko decide ajudá-lo profissionalmente, pedindo em troca o apoio de Jacob na tarefa de se reaproximar de Winnie. Ano: 2010. Diretor: Oliver Stone. Duração: 133 min.

"MARGIN CALL – O DIA ANTES DO FIM"

O filme é baseado na rotina de funcionários de uma empresa de investimentos e se passa na fase inicial da crise financeira de 2008. A história compreende um período de 24 horas, sendo a discussão ética o foco da trama. Ano: 2011. Diretor: J. C. Chandor. Duração: 107 min.

"TRABALHO INTERNO"

Vencedor do Oscar de melhor documentário em 2011, o filme retrata o lado negro de Wall Street e revela informações bastante incômodas a respeito da crise de 2008. Ano: 2010. Diretor: Charles H. Ferguson. Duração: 108 min.

"LOUCURA AMERICANA"

Dirigido por Frank Carpa e escrito por Robert Riskin, o filme trata de uma corrida bancária após boatos de falência de uma grande instituição financeira. Ano: 1932. Diretor: Frank Capra. Duração: 75 min.

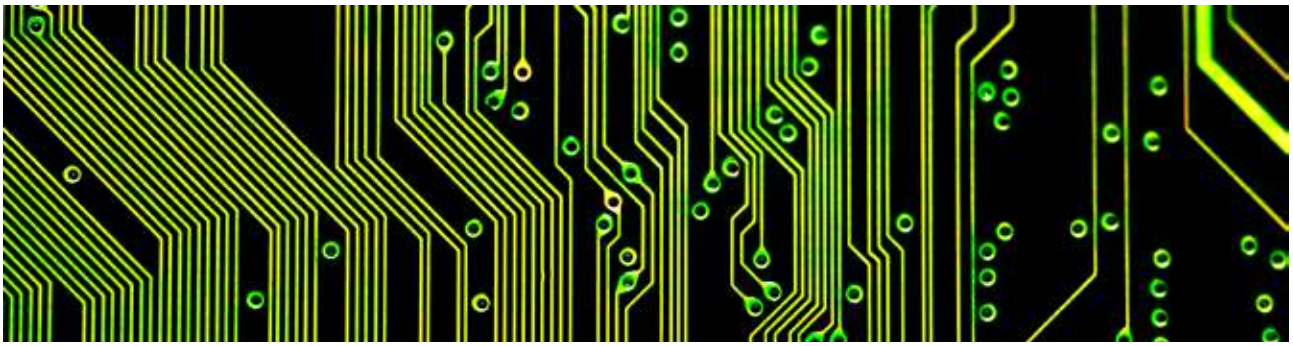
"À PROCURA DA FELICIDADE"

O filme mostra um pouco da rotina em Wall Street. O foco está na trajetória de Chris Gardner (Will Smith) que, após uma crise conjugal, quando é abandonado pela esposa, consegue uma vaga de estagiário numa importante corretora de ações, mas não recebe salário pelos serviços prestados. Sua esperança é que, ao fim do programa de estágio, ele seja contratado e assim tenha um futuro promissor na empresa. Com muitos problemas financeiros e o pequeno Christopher (Jaden Smith), seu filho de apenas 5 anos, para cuidar, acaba vivendo em abrigos e nas ruas, sempre mantendo a esperança de que a sua situação pode melhorar. Ano: 2006. Diretor: Gabriele Muccino. Duração: 117 min.

** Coordenadora do Investmania.*

Novas rotinas a partir da implantação do e-social

*Roberto Coronel**



Concebido como um projeto que objetiva unificar a captação das informações definidas no conceito do esocial, bem como racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os empregadores, com o estabelecimento de transmissão única para os diferentes órgãos de governo, usuários da informação, o e-Social alterará substancialmente o modo como as empresas do Brasil prestam as informações de seus funcionários.

Embora seja obrigatório a partir do dia 1º de maio de 2014, já a partir de janeiro as empresas optantes do "Lucro Real", poderão informar as obrigações relativas à admissão, despedida/demissão, transferências, dentre outras, em tempo real, o que permitirá, também, que no mesmo tempo sejam fiscalizadas pelos órgãos de proteção e acompanhamento dos trabalhadores.

Na prática isso quer dizer que empregado algum poderá, por exemplo, iniciar a prestação do trabalho sem que esteja com a documentação completa, informando ao seu novo empregador, além dos dados pessoais de praxe, dentre outros, os relacionados ao exame admissional a que se submeteu, os registros dos seus antigos empregadores, seu padrão financeiro, o tipo de imóvel em que reside, enfim, uma infinidade de informações que darão origem a um super cadastro que permitirá o cruzamento desses elementos em uma gigantesca rede de informações entrelaçadas sobre a massa de trabalhadores do Brasil.

Diante desse cenário é importante que os empresários estejam atentos, bem como suas equipes preparadas, não apenas para executar a tarefa de "digitalizar a documentação de pessoal", mas, mais fundamental do que isso, revisar e alinhar as políticas, as diretrizes e os processos internos de trabalho, especialmente das áreas de Recursos Humanos e Segurança e Saúde do Trabalho com o fim de enquadrá-los às exigências do novo ambiente de negócios. Importante salientar a utilidade de iniciar pela elaboração de um preciso mapeamento da situação atual do cadastro dos empregados, e das mais graves exposições à risco, confeccionando, então, um plano de ação.

Por outro lado, inobstante o caráter social do projeto, devem os empresários atentar que o novo sistema tem um viés arrecadatório bastante elevado, e que visa, a partir do aumento da fiscalização, compensar o déficit das contas públicas.

** Advogado trabalhista e consultor da Pactum Consultoria.*

BNDES aumentará participação nos setores de logística e infraestrutura em 2014

Em seu planejamento corporativo 2009/2014, o BNDES elegeu a inovação, o desenvolvimento local e regional e o desenvolvimento socioambiental como os aspectos mais importantes do fomento econômico no contexto atual, e que devem ser promovidos e enfatizados em todos os empreendimentos apoiados pelo banco.

Além de investir em projetos e empreendimentos do setor cultural, o BNDES valoriza a cultura brasileira oferecendo uma programação de exposições e espetáculos gratuitos e abertos à população em sua sede, no Rio de Janeiro. Além disso, o Programa BNDES para o Desenvolvimento da Economia da Cultura (BNDES Procult) financia projetos de investimentos e planos de negócio das empresas atuantes nas cadeias produtivas da economia da cultura, como audiovisual, editorial, música, jogos eletrônicos e artes visuais e performáticas.

O BANCO EM 2013

No período de janeiro a outubro de 2013, o BNDES desembolsou um aumento de 35% se comparado ao mesmo período do ano anterior, no valor total de R$ 146,8 bilhões. A meta do ano é de R$ 190 bilhões, o que, diante deste cenário, deverá ser atingida com tranquilidade.

De acordo com o banco, todos os setores registram desempenho positivo nesses 10 primeiros meses do ano. Os desembolsos para infraestrutura cresceram 31%, para R$ 47,3 bilhões. Para indústria, o aumento foi de 19%, para R$ 44,7 bilhões. Para comércio e serviços, a alta foi de 52%, para R$ 40 bilhões. Os desembolsos para agropecuária tiveram incremento de 73%, para R$ 14,8 bilhões. “Isso revela uma carteira e uma disposição ao investimento que é bastante expressiva”, afirmou o superintendente da Área de Planejamento do BNDES, Cláudio Leal.

O executivo também informou que os dados indicam que o setor de infraestrutura está dando sinais de que vai começar a viver um ciclo relevante de investimentos, marcado por uma base diversificada de projetos, sobretudo a expansão dos setores ligados à infraestrutura logística.

Para os próximos quatro anos, os investimentos em logística no Brasil devem crescer 57%, na comparação com o quadriênio 2009-2012, um total de R$ 163,5 bilhões no período.

Os maiores investimentos previstos para o bloco estão em transporte rodoviário, R$ 62,4 bilhões, com crescimento de 15,6%, e nos portos, 124%, nos próximos quatro anos, com previsão de R$ 33,7 bilhões de inversão.

Os investimentos em ferrovias no mesmo período serão R$ 59,3 bilhões, com 108,4% de aumento em relação ao quadriênio imediatamente anterior. Em aeroportos, devem chegar a R$ 8,1 bilhões, um aumento de 19,5% na comparação com os quatro anos anteriores.

Mercado de luxo conquista classe masculina

Apesar da crise mundial e da diminuição do crescimento econômico no Brasil, o segmento do mercado brasileiro de luxo não para de crescer. Em 2012, o Brasil movimentou US$ 12 bilhões em produtos de luxo, um crescimento de 24% em relação ao ano anterior. Nesses últimos anos, a nossa medição apontou uma média de taxa de crescimento que oscilava entre 18% a 26% anualmente. Isso colocou o Brasil em um dos principais mercados mundiais de investimentos de marcas, sejam as marcas internacionais, ou marcas de luxo brasileiras.

A expansão é sustentada por uma alta firme da riqueza no país e pela expansão do número de milionários e bilionários. A consultoria Wealth-X, de Cingapura, calcula que o número de bilionários brasileiros chegará a 130 em 2022, ante 53 em 2012. Além disso, o mercado tem sido impulsionado pela Classe C. Em 2006, o segmento representava 43% da população brasileira. Estimativas apontam que, em 2020, o percentual subirá para 68%. "A maior parte dos brasileiros terá dinheiro para gastar", afirma Carlos Ferreirinha, presidente da MCF Consultoria e Conhecimento.

As fabricantes de relógios nacionais também estão apostando neste segmento, investindo, inclusive, em fusões e aquisições. É o caso da Technos, por exemplo, que adquiriu em 2013 100% do capital volante e 95,8% do capital total da Dumont Saab do Brasil por R$ 182,1 milhões. Com a aquisição, o portfólio da Technos aumentou para 19 marcas, sendo 7 próprias e 12 licenciadas. A companhia passou também a distribuir no Brasil algumas marcas internacionais de relógios, como a Fossil, Michael Kors, Empório Armani, Diesel e Marc Jacobs.

Os relógios Technos carregam o emblema de origem suíça famoso por sua precisão. Apesar de ser uma fabricante nacional, o Grupo Technos é um dos maiores grupos relojoeiros da América Latina, distribuidor da Euro, Mormaii, Seiko, Mariner e Timex. Os relógios são destinados a um público que prima pela qualidade. Possui maquinário japonês, vidro de cristal mineral e movimento a quartzo.

Experiência é a melhor solução.

A ***Branco Consultores***, há 12 anos
tem um simples objetivo:
conquistar a confiança dos nossos clientes,
trazendo as melhores soluções.

ESPECIALIDADES:

>> CONSULTORIA TRIBUTÁRIA

>> ASSESSORIA JURÍDICA TRIBUTÁRIA

>> PERÍCIAS CONTÁBEIS

BRANCO

RIO DE JANEIRO
Rua Sete de Setembro, 111 - 7º andar
Rio de Janeiro - CEP 20050-002
Tel. 21 3231 5900
Fax. 21 2531 9388

SÃO PAULO
Rua Vergueiro, 2087 - Cj. 101
Vila Mariana
São Paulo - CEP 04101-000
Tel. 11 5087 8910
Fax. 11 5087 8810

brancoconsultores.com

Cuidados ao fazer a declaração de IR 2014

*Daniel Branco**

Todo ano vivemos o drama da Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda – Pessoa Física. Como já estamos próximos da fase de preparação e envio da Declaração, é sempre bom relembrar alguns pontos que são importantes para evitar um pagamento mais alto de imposto ou que a sua declaração caia em malha fina.

O primeiro ponto de atenção são os dependentes. Só podem constar como dependentes as pessoas previstas em lei (ex.: cônjuge ou companheiro; filhos ou enteados até 21 anos - ou até 24 anos se estiverem cursando ensino superior ou escola técnica; pais, avós e bisavós desde que tenham rendimentos abaixo do limite de isenção; etc.). O simples fato de ser sustentado financeiramente pelo contribuinte não é suficiente para que seja indicado como dependente. Adicionalmente, indicando-se um dependente, também devem constar da declaração os rendimentos auferidos pelo mesmo, os quais serão somados ao do titular. Isto pode resultar no aumento do imposto devido. Pelo mesmo motivo, cônjuges ou companheiros devem confirmar se o melhor é declarar em conjunto ou separado.

Atente-se também para reportar corretamente os rendimentos auferidos (salários, dividendos, aplicações financeiras, aluguéis, etc.), os bens adquiridos e os bens alienados. A informação incorreta pode gerar o chamado "acréscimo patrimonial a descoberto". Isto ocorre quando há um aumento de patrimônio e ele é superior à renda líquida informada pelo contribuinte. O acréscimo patrimonial a descoberto está sujeito ao pagamento do imposto tal qual um rendimento sujeito à tabela progressiva (até 27,5%).

É preciso atentar também para os números informados, pois a Receita Federal recebe, de diversos órgãos, informações que devem constar na Declaração. Cartórios, bancos e administradoras de imóveis, por exemplo, fornecem dados sobre as operações de que participaram. Havendo discrepância nos números informados, provavelmente a Declaração cairá em malha fina.

Um ponto muito importante é o relativo às doações, principalmente de imóveis. A atenção deve ser dada para o valor do bem a ser informado. Nas doações, existe a cobrança de um imposto estadual que se chama ITD, que é cobrado sobre o valor de mercado do bem doado. Entretanto, para fins somente do Imposto de Renda, o contribuinte que doa pode escolher qual valor reportar (e que deverá ser seguido por quem recebe a doação): o valor da sua Declaração; ou o valor de mercado (usado no ITD). No primeiro caso, não haverá Imposto de Renda a pagar. No segundo caso, se o valor de mercado for superior ao que consta na Declaração do doador, este deverá pagar um Imposto de 15% sobre a diferença.

Caso tenha direito à restituição, confira se informou os dados da conta bancária de forma correta, inclusive o dígito verificador para garantir o depósito. A restituição somente será feita se o número da conta estiver correto e estiver atrelado ao CPF do contribuinte.

Como último lembrete, é sempre bom alertar para a guarda dos documentos originais. Embora nenhum documento tenha que ser apresentado para que a Declaração de Ajuste Anual seja enviada, havendo qualquer dúvida e a declaração venha a cair em malha fina, somente a documentação original valerá para esclarecer qualquer ponto. Esta documentação tem que ficar guardada pelo prazo decadencial que é de cinco anos.

** Diretor da Branco Consultores Tributários.*

A nova lei anticorrupção

*Francisco Zardo**

Recentemente foi publicada a Lei 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Embora o Direito brasileiro já possua diversas leis de combate à corrupção, essa regra, que tem sido saudada como a nova lei anticorrupção, contém inovações bastante interessantes e relevantes.

A primeira delas é a proteção do patrimônio público estrangeiro, em atenção às convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. As leis até então existentes coibiam apenas os ilícitos lesivos à administração pública nacional.

Entre os atos considerados lesivos, destaca-se a oferta de propina a agente público, a fraude a licitações e a subvenção de atos ilícitos contra a administração pública. A prática desses atos será apurada mediante processo administrativo e judicial, observados o contraditório e a ampla defesa. Alguns tipos são excessivamente abertos, o que poderá ensejar dificuldades no momento de aplicação da norma ao caso concreto. Exemplo disso é aquele que estabelece como infração "dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional" (art. 5º, V).

Na esfera administrativa, a responsabilização consistirá na aplicação de multa de 0,1% a 20% do faturamento bruto da pessoa jurídica e na publicação extraordinária da decisão condenatória, além da reparação do dano. Caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será de até R$ 60 milhões. De acordo com o art. 4º, §2º, da lei, empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis, no âmbito do respectivo contrato, pelo pagamento da multa e pela reparação do dano.

As sanções de suspensão do direito de licitar e contratar com a administração pública permanecem sendo regidas pelas leis 8.666/93, 10.520/02, 12.462/11 e 8.429/92.

Na esfera judicial, por provocação do MP ou das Procuradorias da União, Estados e municípios, poderão ser aplicadas as sanções de perdimento dos bens que sejam fruto da infração, a interdição parcial das atividades, a proibição de receber empréstimos de instituições públicas por até 5 anos e a dissolução compulsória da pessoa jurídica, o que configura verdadeira pena de morte. A ausência de um prazo para a sanção de interdição de atividades suscita fundadas dúvidas sobre a sua constitucionalidade, pois a CF veda penas "de caráter perpétuo" (art. 5º, XLVII, b).

É importante salientar que, nos termos do art. 2º da lei 12.846/13, a responsabilização das pessoas jurídicas será objetiva. Isto é, dispensa-se a demonstração do dolo (vontade e consciência) ou da culpa (negligência, imprudência ou imperícia) da empresa ou seus representantes no cometimento do ilícito. Embora esta questão seja complexa demais para os limites espaciais do presente artigo, cumpre, desde logo, apontar a inconstitucionalidade desse dispositivo, por violação aos princípios do devido processo legal (em sua dimensão substancial), da individualização da pena, da proporcionalidade e da função social da propriedade.

Inovação interessante é o acordo de leniência, que poderá ser celebrado entre a entidade pública e a empresa, caso esta se disponha a colaborar com as investigações, contribuindo com a identificação dos demais envolvidos e com a obtenção de informações. Além de isentar a pessoa jurídica de algumas sanções, o acordo poderá reduzir em até 2/3 o valor da multa aplicável.

Outra inovação importante, tendente a conferir segurança jurídica na aplicação da lei, é a fixação do prazo prescricional de cinco anos, contados da data da ciência da infração ou, no caso de infração permanente, do dia em que esta tiver cessado.

A lei 12.846/13 também instituiu o CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, que dará publicidade às sanções aplicadas, mediante a indicação da razão social da pessoa jurídica, do tipo de pena e do seu prazo de vigência.

Essa lei entrará em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data da sua publicação, portanto, em 28 de janeiro de 2014, prazo suficiente para que as empresas instituam mecanismos de controle interno e códigos de ética. Além de evitar o cometimento de ilícitos, de acordo com o art. 7º, VIII, da lei em comento, a aplicação efetiva desses instrumentos poderá atenuar as sanções.

** Advogado do escritório Professor René Dotti.*

Como administrar uma casa no exterior?

Wendel Ferrari *

Hoje, investir em um imóvel em Orlando compensa mais do que investir no litoral sul de São Paulo

Com a supervalorização dos imóveis no Brasil - com a cidade do Rio de Janeiro registra o metro quadrado mais caro do país podendo chegar até R$ 9.160,00 segundo índice Fipe/Zap, os brasileiros descobriram uma nova forma de investimento: comprar casas nos EUA. Por US$260 mil é possível comprar uma casa com quatro quartos, suítes, piscina particular, salão de jogos e ainda com total segurança, dentro de um condomínio fechado.

Porém, muitas vezes, após ter investido o dinheiro no imóvel, a dúvida fica por conta de como administrar esta casa e obter retorno de investimento em curto espaço de tempo.

1. **Experimente antes de comprar**

Antes de fazer a aquisição do imóvel, conheça os condomínios e as casas. Analise o conforto e a segurança que o imóvel apresenta, teste na prática, ficando hospedado alguns dias, para conhecê-las melhor, assim como as regras do condomínio.

2. **Decoração por um especialista**

A construtora entrega a casa 100% pronta, com pinturas, acabamento e até com eletrodomésticos da linha branca (geladeira, fogão, máquina de lavar e ar condicionado central). Fica por conta do investidor, decorar a casa, e este é um dos principais pontos-chave para que se obtenha retorno de investimento por meio de aluguel, já que uma casa bem decorada atrai mais locatários.

3. **Contrate uma administradora**

Esse serviço é importante para que o investidor esteja regularizado com o governo da Flórida para operar como um locatário de casas. É a administradora que também disponibilizará de mão de obra para serviços de limpeza e manutenção, deixando o proprietário tranquilo pós-estadia dos clientes.

Obs: a limpeza da casa é um serviço à parte. Tanto o proprietário quanto o hóspede, após deixarem a casa, contratam o serviço de limpeza, que cobra uma taxa extra.

4. **Tenha capital de giro disponível**

Uma casa de US$ 260 mil, cujo 70% do valor foi financiado e com uma taxa de juros em torno de 5% ao ano, obriga que o investidor destine, em média US$ 1.900 por mês para o pagamento de financiamento e despesas extras.

5. **Divulgue sua aquisição**

Tire fotos de todos os cômodos e terceirize o serviço de divulgação. O imóvel é divulgado instantaneamente e as chances de procura são grandes. Em alguns casos, o proprietário nem chega a desfrutar da aquisição, justamente por alugar na primeira semana.

** CEO da Temporada em Orlando.*

Trem do Corcovado

NÃO ENFRENTE FILAS

VISITE O
CORCOVADO
COM CONFORTO
E SEGURANÇA

Garanta seu bilhete
com hora marcada!

corcovado.com.br

IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

EUA e a guerra ao terrorismo

*Luiz Flávio Gomes**

"*Inter arma silent leges*". Em 1787 os EUA aprovaram sua Constituição, vigente até hoje (com 27 Emendas). Thomas Jefferson, um dos pais das 10 primeiras emendas, conhecidas como *Bill of Rights* (que passaram a vigorar a partir de 1791), pugnava por uma declaração de direitos "que é algo que o povo merece para poder enfrentar a todos os governos da terra". Esse vaticínio não se concretizou, porque, paralelamente ao Estado de Direito contemplado na Constiuição, em vários momentos foram aparecendo múltiplos Estados de Exceção, que suspendem os direitos e garantias fundamentais do cidadão. A díade Estado de Direito e Estado de Exceção quase nunca desaparece (veja Agamben, 2005). Desde os ataques de setembro de 2001, para citar somente os momentos históricos mais recentes, os Estados Unidos vivem (também e novamente) sob o império do Estado de Exceção, implantado pela USA Patriot Act, acrônimo de *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism*. A propalada democracia americana (Alexis de Tocqueville) convive há tempos com estados policialescos, onde as armas silenciam as leis ("*inter arma silent leges*").

A luta contra o terrorismo passou a ser a agenda número um dos EUA. Duas guerras deste século XXI (comandadas por Bush) residem nessa motivação: Afeganistão (2001) e Iraque (2003). O maior questionamento do ponto de vista jurídico descansa nas violações ao *Bill of Rights*, sendo disso um exemplo emblemático a prisão de Guantánamo. Quando as armas falam mais alto, as leis silenciam. Os direitos são restringidos e as garantias suspensas. No contexto da guerra contra o terror, praticamente tudo passou a ser permitido (veja Vervaele, 2007, p. 2 e ss.): a privacidade foi relativizada, visto que os EUA invadem as comunicações do mundo inteiro (incluindo o Brasil, como se sabe), valendo-se do programa Carnivore (por exemplo); buscas e apreensões prescindem de autorização judicial, prisões são feitas com base em provas secretas, o Departamento de Justiça não respeita as ordens judiciais, o governo congelou os bens de várias ONGs, os prisioneiros de Guantánamo foram julgados por tribunais de exceção militares (muitos nem sequer julgados foram), o FBI foi reforçado (ele gasta 36% do orçamento contra o terror), criou-se o superministério da segurança nacional (DHS), o serviço de inteligência foi reformulado, uma legislação de emergência foi aprovada (a USA Patriot Act), o princípio da legalidade foi flexibilizado, o Executivo ignorou em vários momentos os demais poderes (Legislativo e Judiciário) etc.

O efeito deslizante tornou-se inevitável: incontáveis países de várias partes do mundo (sobretudo Europa, destacando-se Reino Unido e Espanha, depois dos ataques de 2005 e 2004, respectivamente) incorporaram no seu ordenamento jurídico medidas de exceção semelhantes às norte-americanas (Vervaele, 2007, p. 6).

A *mass media*, diante de tantos poderes reunidos nas mãos do Estado policialesco, começou a fazer cobranças e a criticar o direito penal preventivo, as condenações com base em provas secretas, os

"Em nome da segurança nacional afastam-se as garantias, os direitos civis e a própria validade da Constituição. Até mesmo a assistência jurídica foi negada a alguns presos. Na grande maioria dos processos reina o segredo..."

processos sigilosos, as prisões provisórias sem limites temporais, a tortura, os interrogatórios cruéis etc. A guerra contra o Iraque, por seu turno, foi totalmente questionada: não haveria motivação concreta para isso (as armas químicas nunca foram mostradas de forma inequívoca, se é que existiam). Os críticos mais ácidos falavam em morte do estado de direito e da democracia, diante da implantação de um estado policialesco de *iure et de facto*, que deprecia diariamente os direitos civis.

Alguns juízes federais e até mesmo a Corte Suprema chegaram a levantar o sinal vermelho para as arbitrariedades – veja o caso do juiz da Corte Suprema Stephen Breyer (Vervaele, 2007, p. 6 e 99), mas ainda preponderam, nos EUA, o sinal verde (do Judiciário e do Legislativo) ao estado policialesco, especialmente o dado pelo juiz da Corte Suprema William Rehnquist, em 1998: "os direitos civis podem ser limitados em período de emergência". O Legislativo delegou uma série de poderes ao Executivo, aprovando grande quantidade de leis em branco.

A emergência (perene), como se vê, sempre justifica as arbitrariedades. É algo histórico e ancestral (o Império Romano massacrou os cristãos sob a égide de uma emergência incendiária). Assim também ocorreu com a Constituição de Weimar, na Alemanha, nos 20/30 do século XX, prelúdio do nazismo de Hitler. E nunca faltaram doutrinadores do terror, tal como Carl Schmit (bem estudado por Agamben, 2005), que elaboram os argumentos justificativos da quebra do estado de direito. O papel aceita tudo. Nem tampouco faltam caudilhos (no mundo inteiro, antigo ou atual) para levar adiante o estado policialesco. Bush dizia: "abater as leis para se chegar ao diabo". Implantou-se com todas as letras o direito penal do inimigo (inimigos combatentes e inimigos estrangeiros), baseado na periculosidade e na ilegalidade. Inimigo sem direitos. Guerra preventiva e investigação preventiva sem limites. O direito penal do fato cede espaço para a culpabilidade (periculosidade) pelo estilo de vida (*Lebensführungsschuld*), conforme doutrinava Mezger (citado por Vervaele, 2007, p. 102).

Em nome da segurança nacional afastam-se as garantias, os direitos civis e a própria validade da Constituição. Até mesmo a assistência jurídica foi negada a alguns presos. Na grande maioria dos processos reina o segredo (são os chamados processos FISA), fundado na lógica da Inquisição, que obscurece a luz da Justiça e apaga o brilho do Iluminismo. Assim funcionam os estados de exceção, ou seja, os estados policialescos e autoritários, fundados em legislações de emergências, com a ampliação dos poderes da polícia e das investigações. Imagens de Abu Ghraib e de Guantánamo, aliadas às dos voos secretos da CIA e dos centros de detenção clandestinos, especializados na prática da tortura, evidenciam exuberantemente a intensidade com que o estado policialesco norte-americano "abatem as leis, para pegar o diabo" (real ou imaginado, porque é preciso sempre encontrar um inimigo). Iluminismo, Revolução Francesa, Fundadores da Constituição dos EUA: tudo perdeu validade, porque "*Inter arma silent leges*". Os juízes são o semáforo do poder punitivo (Zaffaroni). Enquanto não chegam as luzes vermelhas deles, os abusos e as arbitrariedades prosseguem, porque os humanos somos maus e arbitrários (veja Philip Zimbardo, *O efeito Lúcifer*), enquanto e até o limite que nos deixam ser.

Siga-me: www.professorlfg.com.br

Conforme a NBR 6023:2000 da Associacao Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma: GOMES, Luiz Flávio. EUA e a guerra ao terrorismo. Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 01 nov. 2013.
Disponivel em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.45674&seo=1>.

**** Jurista e professor.***

Distinção entre finanças pessoais e do negócio

*Ladmir Carvalho**

Saber se o seu negócio está indo bem ou mal é fundamental para o planejamento de ações, para o estabelecimento de objetivos, mas nem todas as empresas distinguem com perfeição as finanças da empresa das finanças pessoais.

Se você é dono de uma empresa ou mesmo funcionário responsável pelas finanças da firma em que trabalha, saiba que, confundir as despesas que são da operação da empresa com despesas pessoais dos sócios cria uma nuvem de fumaça que dificulta entender o que está acontecendo na companhia, complica gravemente a formação de custo e gera uma série de desconfortos entre sócios, podendo até mesmo comprometer a sociedade.

Para compreender bem este conceito é importante entender a distinção de Pró-labore e Distribuição de Lucros, pois o primeiro tem a ver com o lado trabalhador dos donos. A maioria dos donos de empresas trabalha nas respectivas organizações de que são proprietários e, portanto, merecem um salário, um Pró-labore, que não tem a ver com o que retiram da firma. O Pró-labore deve ser compatível com o salário de um funcionário para desempenhar a mesma função deste proprietário. Ou seja, se o dono não quisesse trabalhar e contratasse alguém para a função que exerce teria que pagar um salário para este profissional: este deverá ser o Pró-labore. É bom lembrar que o Pró-labore deverá computar no custo da empresa, já que é um profissional que trabalha para a organização. Outra coisa são as retiradas de distribuição de lucros feitas em função de a empresa ter resultados para isso.

Em uma empresa com dois sócios, em que apenas um trabalha diretamente na empresa e o outro é um sócio capitalista, o que não trabalha no negócio não deve ter Pró-labore, pois é uma remuneração para quem trabalha e, consequentemente, está no custo da companhia. O sócio capitalista estará retirando dinheiro através da Distribuição de Lucros, de acordo com sua participação na sociedade e nos meses que for possível. Isso quer dizer que não necessariamente haverá valores a serem retirados por este sócio, uma vez que estamos falando de dividendos.

Em determinada situação, pode também haver Pró-labores distintos para sócios com partes iguais na empresa, pois é possível que um dos sócios tenha uma especialização em algo que tenha muito mais valor em relação ao outro sócio, de tal forma que se fossem contratar dois funcionários para executar as respectivas funções dos sócios se pagariam valores completamente diferentes aos mesmos. Neste caso, os sócios teriam Pró-labores diferentes e Distribuições de Lucro idênticas, uma vez que na sociedade possuem cotas semelhantes.

É fundamental que os sócios entendam que a empresa lhes paga baseada no resultado auferido, e para que este resultado seja calculado com precisão é importante que as retiradas sejam classificadas corretamente. Muitas empresas quebram por má gestão financeira, e a essência pode estar nesta confusão elementar entre Pró-Labore e Lucro.

Para concluir, vale lembrar que a empresa é uma coisa completamente diferente dos sócios. O mundo ideal é a empresa ser mais rica do que os sócios, ter mais dinheiro dos que os sócios, ter mais investimentos do que os sócios, pois, visto que esta ganha dinheiro enquanto o sócio gasta dinheiro, a empresa é um centro de receita e o sócio um centro de despesa, não tendo nada a ver uma coisa com a outra. A empresa pode dar, matematicamente, Pró-Labore e Lucro para os sócios na medida da eficiência da mesma, e não o contrário: não é o padrão que os sócios querem ter que precisa necessariamente ser suprido pela empresa.

** Diretor executivo, estratégico, administrativo e comercial da Alterdata.*

O que esperar da economia em 2014?

O novo ano chegou e junto com ele a esperança de que 2014 será diferente. As pessoas geralmente se lembram de toda e qualquer frustração vivida no ano passado e acabam depositando no ano seguinte a esperança de fazer tudo certo. É deste momento de profundo otimismo que nascem as famosas listas de desejos.

E quem nunca fez uma lista como essa que atire a primeira pedra. É lista de metas profissionais, de consumo, de dietas mirabolantes, enfim, tem lista para todos os gostos. Mas que tal transportar a fórmula para as suas finanças pessoais e preparar um planejamento realista para 2014 ? A ideia é boa, desde que executada com disciplina. O importante é se manter firme e não deixar que os objetivos morram antes ou depois do Carnaval.

"É certo, que nesse universo existem variáveis que não estão sob o nosso controle. A lista perfeita para o bem estar financeiro de todos os cidadãos brasileiros contempla itens que fogem das nossas ações individuais, como a retomada de crescimento do PIB, inflação em queda, geração de empregos, aumento da renda, queda da taxa básica de juros, dólar em patamares aceitáveis e volta da Bovespa à velha forma, atingindo o patamar dos 70 mil pontos. Nesse sentido, podemos ajudar apenas nas urnas, com escolhas conscientes, afinal de contas 2014 é um ano marcado por eleições presidenciais", explica Aline Rabelo, coordenadora do Investmania.

A coordenadora ainda lembra que, mesmo com a economia apresentando sinais de estagnação, cabe a cada um fazer a sua parte. "Se criamos o hábito de poupar desde cedo, garantimos um futuro mais tranquilo", afirma. "Faça de 2014 o ano da virada, que irá garantir um futuro sem estresse, onde você poderá usufruir das vantagens da melhor idade", diz.

Confira agora a lista de desejos de Aline Rabelo, coordenadora do Investmania, para que todos os brasileiros possam aproveitar o novo ano com as contas no azul:

1. **Planeje as suas finanças. Coloque tudo na ponta do lápis;**
2. **Crie um orçamento familiar e engaje todos na busca de um objetivo comum;**
3. **Eduque desde cedo os seus filhos financeiramente;**
4. **Nunca gastar mais do que ganha;**
5. **Não utilize verbas extras antecipadamente (restituição do IRPF, parcelas de 13.º, adiantamento de férias, dentre outras);**
6. **Economize radicalmente cortando todos os supérfluos;**
7. **Fuja dos carnês e financiamentos que possam comprometer o seu orçamento mensal. Priorize as despesas fixas;**
8. **Nunca compre por impulso e certifique-se de que aquela excelente promoção, realmente é uma promoção;**
9. **Não invista apenas o que sobrar do seu salário. Acostume-se a definir um percentual mensal de sua renda para investimentos;**
10. **Informe-se. Acompanhe as notícias, busque opiniões imparciais, troque experiências com outros investidores e especialistas. Conhecimento é o grande diferencial na hora de tomar uma decisão de investimento;**
11. **Diversifique sempre os seus investimentos. A regra de que manter todos os ovos na mesma cesta pode ser extremamente prejudicial para as suas finanças continua valendo;**
12. **Viva! Sonhos de consumo são saudáveis e nos fazem felizes. Porém, cautela na hora de realizá-los é imprescindível.**

Copiadora Novo Horizonte
Criação de revista, anúncio e folder
Digitalização (A4, A3 e grandes formatos)
Plotagem (grandes formatos)
Rua Voluntários da Pátria, 45 loja D
Ligue agora!!
Leonardo Trindade
21 96417-8477

Comércio brasileiro em números

A expectativa para 2014 é que o comércio varejista mantenha o ritmo de crescimento menos acentuado, mesmo com a realização da Copa do Mundo. A afirmação é da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). A estimativa da entidade é que a receita real de vendas do varejo cresça 3% sobre 2013. Além disso, os índices macroeconômicos que mais impactam o consumo - como emprego, renda e crédito - devem se manter em patamares positivos, o que descarta um cenário de retração nas vendas do varejo em 2014.

O faturamento de todo o setor em 2013 encerra com alta de 4% em relação ao ano anterior, atingindo 502,1 bilhões. A projeção faz parte do relatório "Balanço e Perspectivas: Economia Brasileira 2013-2014", divulgado pela entidade. De acordo com o diretor-executivo da FecomercioSP, Antonio Carlos Borges, o desempenho do comércio varejista no ano revela tímida recuperação, já que ocorreu sobre uma base bastante depreciada - em 2012, o aumento da receita real de vendas do varejo foi de apenas 0,4% em relação a 2011.

O comércio varejista em 2013 foi impulsionado pelas vendas de eletrodomésticos e eletrônicos, cujo faturamento deve encerrar a atividade com alta de 45,1% sobre o apurado em 2012, no valor de R$ 33,4 bilhões. O número alcançado se deve pelas medidas de estímulo, como a manutenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), com redução da linha branca e aumento da oferta de crédito.

O segmento de materiais de construção registrou o segundo maior crescimento nas vendas do comércio varejista no Estado de São Paulo em 2013, segundo informações da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). A expectativa é que deve atingir R$ 39,6 bilhões em receitas, alta de 14% sobre o ano anterior. A alta se deve pelo aquecimento do setor imobiliário e também pelo estímulo de crédito.

Na contramão, a expectativa para o faturamento das lojas de departamento é de queda de 15,5% sobre o resultado de 2012, somando R$ 23,5 bilhões em receita real de vendas. "O segmento vem perdendo espaço para redes de hipermercados e até de farmácias, que apostam cada vez mais na venda de produtos diversificados", explica Borges.

A Fecomércio também apurou o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), que registrou queda de 9,6% em média, em relação a 2012. O Índice de Confiança do Empresário (ICEC) perdeu 1,79%, e o Índice de Intenção de Consumo das Famílias foi o pior desde o início da série histórica, em 2009, com pontuação média de 128 entre janeiro e dezembro. Para o executivo da entidade, para os próximos anos não há muito espaço para expansão desses indicadores. Ele acrescenta que, mesmo com a acertada política de aumento dos juros, a inflação ainda é um risco para 2014 devido ao comportamento do câmbio.

Estante

Foco

A atenção funciona de forma muito parecida com um músculo: se não for utilizada, atrofia; se for exercitada, se fortalece. Na era das tecnologias portáveis, fonte de distrações intermináveis, o best-seller Daniel Goleman argumenta em seu mais recente livro que o homem contemporâneo precisa aprimorar o foco, se quiser prosperar no mundo complexo de hoje.

Psicólogo e autor do megassucesso Inteligência emocional, Goleman compila em Foco, pela **Editora Objetiva**, anos de estudos realizados em Harvard sobre o tema do livro. Ao combinar pesquisas de ponta e análises práticas, o autor busca demonstrar porque a base do sucesso em todas as áreas da vida é a capacidade de ter foco para a realização das tarefas do cotidiano.

O autor explica que existem três tipos de foco: "O foco interno nos põe em sintonia com nossas intuições, nossos valores principais e nossas melhores decisões. O foco no outro facilita nossas ligações com as pessoas das nossas vidas. E o foco externo permite que nos aventuremos pelo mundo de forma mais ampla.". Ferramenta essencial, o foco, segundo Goleman, é o que diferencia um especialista de um amador, um profissional de sucesso do mediano.

A partir do entendimento da anatomia da atenção, Goleman estuda o lado social do foco e ressalta que o excesso deste é também um risco, podendo inclusive gerar esgotamentos desnecessários. Diante do excesso de estímulos no mundo contemporâneo, alerta o autor, os indivíduos devem voltar a capacidade de concentração para o que for realmente crucial. Goleman recorre a exemplos de lideranças de sucesso, tendo como referência o fundador da Apple, Steve Jobs, adepto à prática zen.

A cada estudo de caso, Goleman mostra como é necessário equilibrar as três modalidades de foco. Para ele, "um líder fora de sintonia com seu mundo interno será um desorientado; um líder cego para o mundo dos outros será um desinformado; os líderes indiferentes aos sistemas maiores dentro dos quais operam serão surpreendidos".

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA · SILVA · GAEDE & ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Tributário · Societário · Energia · Oil & Gas · Navegação
Telecomunicações · Financeiro · Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gaiasilvagaede.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º E 10º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gaiasilvagaede.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gaiasilvagaede.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gaiasilvagaede.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gaiasilvagaede.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · BELO HORIZONTE · BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: **BUENOS AIRES · LIMA · SALT LAKE CITY · MIAMI · NEW YORK**

Saúde e segurança na construção civil

*Sandra Rodrigues Dresch**

Desde que o Brasil incorporou ao seu ordenamento jurídico a primeira Convenção da OIT que dispunha sobre Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o Meio Ambiente de Trabalho, muito vem sendo feito para aprimorar a legislação e fiscalização das normas ligadas a esta área.

Todas estas iniciativas são importantes e podem servir de exemplo, no entanto o que se vê na prática é que as normas regulamentadoras são implantadas parcialmente e a solução passa necessariamente pela mudança de cultura do setor. Melhorias na gestão de saúde e segurança são economicamente possíveis e constituem-se em vantagem competitiva às empresas brasileiras.

Os custos envolvidos com PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), em obras de moradias coletivas verticais, é da ordem de 1,5%. Nesse custos estão incluídos a implantação, manutenção e a avaliação do Programa, correspondendo a um custo médio de R$ 4,35/m² da obra.

Os programas voltados à Saúde e Segurança do Trabalho devem ser implantados e revalidados em cada etapa da obra. Esse é um dos grandes problemas, visto que a maior parte dos casos não saem do papel. Na visão do Engenheiro de Segurança Luis Paulo Sarate da empresa SAFE "Estes custos são baixos e justificariam o investimento especialmente se comparados com os riscos. Uma Ação Civil Pública de indenização, conforme o caso, pode alcançar valores muito acima de R$ 500 mil."

Sendo assim, para que os objetivos sejam alcançados, espera-se não só que as empresas façam sua parte, mapeando seus pontos fortes e críticos, traçando o perfil de seu negócio de forma a adequar, priorizar e implementar uma gestão integrada envolvendo de forma comprometida todos os que estão direta ou indiretamente ligados ao projeto, mas também e especialmente que o Programa Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho para a Indústria de Construção, a ser divulgado dia 13 de novembro de 2013, preveja incentivos, apoios e/ou financiamento viabilizando a efetiva transformação pretendida.

** Advogada da Piazzeta e Boeira Advocacia Empresarial.*

QUEM CONHECE CONFIA.

TERCEIRIZE SUA CONTABILIDADE

Experiência, credibilidade

e atendimento personalizado.

O melhor custo e benefício para sua empresa, desde 1998.

Grupo PPF Brazil

Contadores

Nossos Serviços

- Contabilidade
- Impostos
- Folha de Pagamento
- Controle Patrimonial
- Controle Financeiro
- Peritagem Judicial
- Due-diligence
- Conselho Fiscal
- Reorganização Societária

Escritório Central: Av. Presidente Vargas, 435 - 13 º andar - Centro - Rio de Janeiro

Tel. 55+(21)2224-3794 www.ppfbrazil.com.br

No interior de São Paulo, o futuro já é presente

*Antonio Dias**

Do poderio socioeconômico e industrial que o Estado de São Paulo tem, todos sabemos. Muitos, no entanto, ainda não conhecem por inteiro a força do interior paulista e o conteúdo de setores básicos desta força. É bem o caso de Campinas, região metropolitana que abrange 19 cidades e 3 milhões de habitantes. Ali está baseado um vigoroso polo de negócios e serviços que, consequentemente, tem proporcionado novas fronteiras para o turismo de eventos e viagens de executivos.

Aliás, os eventos – 60% deles com foco no setor corporativo –, bem representam a condição campineira de sucesso na área de serviços. Esse crescimento será ainda maior em breve, graças a um fluxo constante e mais intenso a partir da nova realidade do Aeroporto Internacional de Viracopos que se avizinha.

A partir de maio de 2014, o aeroporto local passará a receber mais de 20 companhias aéreas, ligando diretamente a região com todo o país e vários destinos internacionais. Infelizmente, ainda não teremos voos para os Estados Unidos pelas questões de segurança exigidas das autoridades norte-americanas, mas este também é um processo em curso e acreditamos que elas também voarão daqui. Assim que permitida a operação, a American Airlines já tem o projeto pronto.

Hub nacional da Azul Linhas Aéreas, Viracopos transformou, ampliou e estrelou a condição de Campinas como um novo centro de conexões, que se soma à malha rodoviária das principais estradas paulista por já ser um polo logístico. Mais de R$ 20,5 bilhões foram aplicados em investimentos em 2012 na região, de acordo com dados da Fundação Seade, e esta injeção de otimismo não para.

O conjunto favorece a hotelaria, que acena com mais negócios, ocupação em alta e novos investimentos. Os esforços dos empresários do turismo devem impulsionar os números do segmento nos próximos anos. Os empreendimentos no segmento começam a ser anunciados para atender à demanda crescente.

O grupo Royal Palm Hotels & Resorts planejou e executa um plano de expansão com foco na captação de mais convenções, congressos, treinamentos empresariais e reuniões corporativas diversas, com base no potencial econômico ostentado por Campinas. Depois de completar 15 anos no ano passado, estamos prevendo um novo complexo hoteleiro e de eventos com investimentos de R$ 400 milhões. São dois novos hotéis (inauguração em 2017), centro de eventos e praça comercial e de alimentação. Vamos contar com mais 500 unidades de hospedagem, que se somam às 632 existentes.

Empreendimentos como o GoInn (214 apartamentos para 2016, no centro da cidade), o Universidades Hotel – projeto diferenciado para atender ao segmento importantíssimo da área educacional –, novos espaço de feiras, um de 13 mil m², são outros projetos emblemáticos dessa expansão. Campinas e sua região administrativa têm muito a oferecer. De estrutura logística à somatória de boas estradas, passando por hospedagem, gastronomia, localização privilegiada.

Temos que estar ativos para o atendimento com qualidade deste contingente de eventos empresariais. Louve-se, de imediato, a ideia do município em ter o seu Observatório de Turismo para a medição dos números do setor e das atividades da indústria turística. Não há um número exato da quantidade de eventos que são realizados na cidade. A estimativa do mercado é de 8,5 mil por ano. É preciso sim ter um plano para mapeá-los, ter o perfil para ações que signifiquem mais eventos para a cidade.

Campinas, como cidade, tem um dos dez maiores PIBs do Brasil. O equivalente a 1,8% do Produto Nacional é da região, 11,45% do Estado de São Paulo. São quase R$ 100 bilhões movimentados em uma economia que cresce acima da média e desponta como celeiro de oportunidades.

** Diretor-executivo do Royal Palm Hotels& Resorts e ex-presidente do Campinas Convention&Visitors Bureau.*

Lixo Zero no Rio

Fiscais da Prefeitura aplicaram mais de 15 mil multas em quatro meses para quem joga lixo no chão

A Operação Lixo Zero que está sendo realizada pela Prefeitura do Rio de Janeiro já reduziu pela metade a sujeira deixada pela população nas ruas da cidade. O programa tem como objetivo tornar a Lei de Limpeza Urbana 3.273/2001 efetiva, além de conscientizar a população da importância de não jogar lixo nas ruas, praias, praças e demais áreas públicas, melhorar a qualidade da limpeza do Rio.

Para tornar efetiva a operação, fiscais da prefeitura andam pelas ruas da cidade controlando toda a movimentação. Caso alguém seja flagrado, o agente efetua a autuação, imprimindo a multa por meio de um aparelho smartphone e impressora portátil, que pode variar de R$ 98,00 a R$ 3 mil, de acordo com o ato. Isso vale desde fezes de animais deixadas pelos donos, até grandes quantidades de entulho.

Com essa atividade, a prefeitura já aplicou, em quatro meses, 15.235 multas. São 235 agentes trabalhando em campo, que estão sempre acompanhados de guardas municipais. A fiscalização é realizada em 37 bairros da cidade. A ideia é ampliar a operação para toda a cidade, e conscientizar o cidadão da importância de se preservar a limpeza.

Segundo o coordenador do projeto, Fernando Alves, em entrevista para o jornal Zero Hora, a população tem que colaborar. "Temos seis milhões de habitantes. Tóquio tem 13 milhões, e nenhuma papeleira (como são chamadas as cestas de lixo que são fixadas nos postes de luz). Mesmo assim, é considerada a cidade mais limpa do mundo. É uma questão de educação".

A operação também irá funcionar para os estrangeiros. Quem for flagrado na rua jogando lixo fora das cestas, também será multado de acordo com o passaporte. O apoio será feito pela Polícia Federal. Quem não pagar a multa, será impedido de sair do país.

Multa do FGTS é inconstitucional

*Clarisse Dinelly**

A Lei Complementar nº 110 de 2001 instituiu o pagamento, por parte da empresa, de uma multa adicional de 10% sobre o saldo do FGTS dos funcionários demitidos sem justa causa.

A finalidade da multa era apenas o pagamento do déficit de 40 milhões do FGTS em virtude dos planos econômicos, para pagamento dos expurgos inflacionários dos planos Verão e Collor I.

Ocorre que, em janeiro de 2007, o governo pagou a última parcela dos expurgos inflacionários e desde então não estão sendo preservadas a destinação e finalidade da referida verba. Grande parte do valor arrecadado com esta contribuição está sendo destinado a subsidiar os programas habitacionais do governo, como o "Minha Casa, Minha Vida".

Em virtude dessa distorção na utilização do recurso, foi apresentado projeto de Lei visando acabar com a multa adicional. No entanto, em julho deste ano de 2013, o projeto de lei foi vetado pela presidente Dilma sob o fundamento de que a extinção da multa iria acarretar um impacto anual de 3 bilhões nas contas do FGTS.

Na mensagem de veto, a presidente argumenta que há necessidade de adoção de medidas compensatórias, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, também afirma que a extinção da verba impactaria fortemente o desenvolvimento do "Programa Minha Casa, Minha Vida", pois, mais da metade dos recursos arrecadados com a multa, são destinados aos subsídios do programa habitacional.

Em decorrência desse cenário, algumas confederações empresariais ajuizaram ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade da norma. O Supremo ainda não proferiu nenhuma decisão nesses processos.

No entanto, antes mesmo do julgamento dessas Adins, diversas empresas seguiram o mesmo caminho e ajuizaram ações individuais questionando a cobrança. Outras preferem aguardar a decisão do Supremo quanto ao tema.

No dia 25 de outubro deste ano, foi proferida a primeira decisão liminar favorável ao empresariado, determinando que a empresa autora do Mandado de Segurança deixe de recolher a multa em comento.

A decisão foi proferida pela juíza Solange Salgado, da 1ª Vara Federal de Brasília, que concordou com o argumento da empresa de que foi cumprida a finalidade para a qual a contribuição foi instituída.

Na decisão, a juíza menciona que "tal justificativa permaneceu válida até o ano de 2007, uma vez que a última parcela dos complementos de correção monetária foi paga em janeiro daquele ano".

Outro argumento trazido na decisão foi o fato de estar evidente a intenção da presidente da República de eternizar a contribuição, enquanto não criada outra. Tanto que afirma na mensagem de veto que "há necessidade de adoção de medidas compensatórias, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal".

Um dos argumentos trazidos na defesa da União, nas ações diretas de inconstitucionalidade, é de que a Lei Complementar nº 110 não fixou limite temporal para a cobrança da multa adicional de 10% e nem foi incorporado em seu texto a justificativa de cobrir o déficit do FGTS, ocasionado pelos expurgos inflacionários dos planos econômicos Verão e Collor I.

Ocorre que a própria União Federal admite que está errada nesses argumentos. Tanto é que, visando resguardar a permanência da cobrança, no dia 17 de setembro de 2013, apresentou projeto de lei para alterar a Lei Complementar nº 110 para transferir os recursos arrecadados com a multa adicional de 10% ao programa habitacional "Minha Casa, Minha Vida".

Na proposta desse projeto de lei, o valor referente aos 10% poderá ser resgatado pelo trabalhador em caso de aposentadoria, mas somente se não tiver adquirido imóvel pelo aludido programa habitacional.

Conclui-se, com base em todo o cenário exposto, que a cobrança do adicional de 10%, da forma como está posta hoje, é sim inconstitucional. Portanto, as empresas podem e devem resguardar judicialmente seu direito para cessar com o pagamento da citada contribuição.

**** Especialista em Direito do Trabalho, sócia da Veloso de Melo Advogados.***

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro - criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas de governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2013/2015 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Vice-presidente - *Theophilo de Azeredo Santos*

Membros - *Ary da Silva Graça Filho, João Carlos França de Luca, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Ricardo Emmanuel Vieira Coelho, Roberto Castello Branco, Roberto Procópio de Lima Netto e Thomas Klien.*

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - *José Carlos Monteiro*
1º Vice-presidente - *Ricardo Emmanuel Vieira Coelho*
Vice-presidentes - *Eduardo Felipe de Jesus Teixeira, Gustavo Damazio de Noronha, João Carlos Peixoto de Lima, José Octávio Vianello de Mello, Sérgio Burrowes Raposo e Stefan Alexander.*

Diretor Executivo - *Marcos Chouin Varejão*

CONSELHO FISCAL

Presidente - *João Carlos Reichmann Mader*

Membros - *Claudio Roberto Contador e José Carlos Fardim,*

Suplentes - *Luiz Affonso Romano, Luiz Eduardo Marinho e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.*

Conselho Consultivo
Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.

Diretoria Adjunta
Aldo Henrique Ramos, Aloysio Sérgio Fagundes de Azevedo, Luiz Antonio Ferreira de Queiroz, Roberto Haddad e Sérgio Faria Lemos da Fonseca Júnior.

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fontes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theóphilo de Azeredo Santos, Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Coordenação Editorial
Mara Iglesias

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Capa: Bruno Senna
Banco de imagens Red Design

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 99619-0771

Distribuição
Simone Lira

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Percentual de mulheres executivas que trabalham ainda é bem menor que o dos homens

Não há dúvidas de que a participação feminina no mercado de trabalho aumentou nas últimas décadas. De acordo com um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de mulheres economicamente ativa passou de 44,4% para 46,1%, entre 2003 e 2011. Entre os homens, esse percentual era de 60,8%, passando para 63,4%.A partir dessa evolução, percebe-se o maior crescimento do nível de ocupação das mulheres, aindaque em patamar bem inferior ao dos homens.

O crescimento da população ocupada nos serviços prestados às empresas refletiu-se no crescimento da presença de homens e mulheres nessa atividade. De 2003 para 2011, o crescimento foi de 3,2 pontos percentuais (de 11,6% para 14,9%) entre as mulheres e de 2,3 pontos percentuais entre os homens (de 14,8% para 17,0%).

Apesar do desempenho, a presença de executivas nas diretorias de grandes empresas não é proporcional a esses resultados. Um estudo realizado pelo Grupo de Pesquisas de Direito e Gênero da Escola de Direito da FGV em São Paulo apontou que a proporção de mulheres nos altos escalões das companhias é de apenas 8%, sendo que nos últimos 15 anos, esse percentual praticamente não mudou.

A pesquisa analisou mais de 73 mil cargos de 837 diferentes empresas de capital aberto. Entre 1997 e 2012, quase metade das companhias (48%) não apresentaram ao menos uma mulher em seu conselho de administração e 2/3 (66,5%) não tinham sequer uma mulher na diretoria executiva. Isso apesar das mulheres serem mais escolarizadas que os homens.

De acordo com o Grupo, “essa sub-representação pode ser um problema tanto em termos de qualidade de tomada de decisão (diversidade) quanto para o aproveitamento eficiente de talentos”. Durante a apresentação, os pesquisadores informaram que existem duas principais razões que podem explicar o fraco desempenho das mulheres no topo da hierarquia nas empresas: o preconceito (o Brasil ainda é um país machista), e a falta de estrutura oferecida pelas companhias, como creches, babás, maior licença-maternidade. Diante deste cenário, as mulheres ficam divididas entre cuidar da família ou deixar o trabalho. Outra opção é deixar para ser mãe mais tarde.

www.shoppingavenidacentral.com.br
O MELHOR LUGAR
PARA VOCÊ FECHAR
GRANDES NEGÓCIOS
NO CENTRO DO RIO.
VESTUÁRIO
ALIMENTAÇÃO
SERVIÇOS
JÓIAS E RELÓGIOS
ELETRÔNICOS
TELEFONIA E ACESSÓRIOS
INFORMÁTICA
ARTIGOS DIVERSOS
mgitcomunicação
Edifício Avenida Central
SHOPPING AVENIDA CENTRAL
AVENIDA RIO BRANCO, 156 - CENTRO

ESSE SERÁ UM ANO DE GRANDES ACONTECIMENTOS. UM DELES É VOCÊ FAZER PARCERIA COM A AgeRio.

A AgeRio fomenta o desenvolvimento social e econômico do Estado do Rio de Janeiro. Em 2013 nossa parceria com empresas e municípios gerou grandes resultados. A AgeRio financiou empresas dos diversos setores da economia com destaque para indústria, franquias, turismo, inovação e microcrédito. Em 2014, esse trabalho vai continuar. E nós esperamos que seja em parceria com você.

AGERIO
Agência Estadual de Fomento

Faz pela sua empresa. Faz pelo Rio.

AgeRio: Av. Rio Branco, 245 - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ • Tel.: (21) 2333-1212

www.agerio.com.br

GOVERNO DO Rio de Janeiro
SOMANDO FORÇAS

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS